



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL
CAMPUS REGIONAL DO VALE DO IVAI**

ANDRESSA APARECIDA MILINSCK

**INTERDISCIPLINARIDADE E INTERSETORIALIDADE:
ANÁLISE A PARTIR DO SERVIÇO SOCIAL DA APAE DE LIDIANÓPOLIS/PR**

**Ivaiporã
2021**

ANDRESSA APARECIDA MILINSCK

**INTERDISCIPLINARIDADE E INTERSETORIALIDADE:
ANÁLISE A PARTIR DO SERVIÇO SOCIAL DA APAE DE LIDIANÓPOLIS/PR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Estadual de Maringá (UEM), como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Edinaura Luza

Ivaiporã
2021

ANDRESSA APARECIDA MILINSCK

**INTERDISCIPLINARIDADE E INTERSETORIALIDADE:
ANÁLISE A PARTIR DO SERVIÇO SOCIAL DA APAE DE LIDIANÓPOLIS/PR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Estadual de Maringá (UEM), como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Aprovado em: 04/05/2021.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Edinaura Luza
Universidade Estadual de Maringá

Profa. Dra. Claudiana Tavares da Silva Sgorlon
Universidade Estadual de Maringá

Prof. Ms. Eduardo Augusto Farias
Universidade Estadual de Maringá

Dedico este trabalho, primeiramente, a Deus, que foi minha base nos momentos mais difíceis dessa pesquisa; a minha família, que me deu todo apoio e que me ajudou a chegar até aqui; e, por fim, aos/às alunos/as da APAE de Lidianópolis/PR, que foram meu incentivo para escolha do tema da pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Todos/as nós temos missões a serem realizadas, as quais, em sua grande maioria, não podem ser realizadas de maneira isolada. Necessitamos da colaboração e do apoio de muitas pessoas. Dessa forma, deixo aqui meus mais sinceros agradecimentos.

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus que me acompanhou em todos os momentos desse trabalho, desde o período em que pensei em desistir até o presente momento, em que transbordo de alegria por ter conseguido. Sem Ele talvez nada disso seria possível.

Agradeço a minha família, de modo geral, que, de uma forma ou de outra, fizeram parte desse processo, com mensagens de apoio e de carinho, sempre me fazendo acreditar na conclusão dessa monografia.

Aos meus pais, em especial, que deram todo suporte e apoio que eu necessitava em cada momento, sendo essenciais nos momentos de desânimo, revitalizando minhas energias, com demonstrações de afeto e carinho.

Aos amigos, que estiveram comigo do início ao fim da construção desse trabalho, proporcionando momentos de descontração nos momentos em que tudo estava difícil.

Aos/às docentes que participaram de todo o processo de aprendizagem, desde o início da graduação, nos trazendo ricas contribuições e esclarecimentos.

Agradeço à assistente social da APAE de Lidianópolis/PR, que se propôs a colaborar com esse trabalho, trazendo seus conhecimentos e suas considerações, que se fizeram essenciais.

Agradeço, por fim, às orientadoras Maria Celeste Melo da Cruz, que fez parte do início do processo de elaboração desse trabalho, e Edinaura Luza, que me acompanhou no processo final de elaboração, não medindo esforços para colaboração na criação desse Trabalho de Conclusão de Curso, compreendendo todos os empecilhos e desafios enfrentados nesse momento.

Por fim, agradeço a todos/as que de qualquer forma, colaboraram para que isso fosse possível.

“A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu, mas pensar o que ninguém ainda pensou sobre aquilo que todo mundo vê” (Arthur Schopenhauer).

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem por objetivo identificar e analisar práticas de interdisciplinaridade e intersetorialidade na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Lidianópolis/PR, a partir da ótica do Serviço Social. Neste sentido, teve como intencionalidade: 1) Compreender os conceitos históricos e teóricos acerca da interdisciplinaridade; 2) Compreender trajetória e conceitos de intersetorialidade e sua relação com as políticas públicas sociais, especialmente de assistência social e saúde; 3) Refletir sobre a interface do Serviço Social com a interdisciplinaridade e a intersetorialidade; 4) Identificar e analisar a interdisciplinaridade e a intersetorialidade na APAE de Lidianópolis/PR, a partir da ótica do Serviço Social. A pesquisa, de ordem qualitativa, contou, primeiramente, com pesquisa bibliográfica, buscando autores/as conceituados/as no que concerne ao tema. Ademais, utilizou-se também de pesquisa de campo, por meio da aplicação de questionário, com perguntas abertas, à assistente social da APAE de Lidianópolis/PR, tendo em vista os objetivos acima mencionados. Verificou-se, ainda que em caráter incipiente, que existem diversas lacunas para que haja efetivamente a atuação interdisciplinar e intersetorial na APAE de Lidianópolis/PR; lacunas essas que decorrem tanto da não apropriação dos conceitos inerentes à interdisciplinaridade e à intersetorialidade pelos/as demais profissionais da equipe multidisciplinar, quanto de questões afetas à organização institucional, como condições objetivas e carga horária semanal de trabalho. Elementos de ordem externa, vinculados a outras instituições, bem como ao contexto macrosocietário também incidem na composição das lacunas e desafios. Dessa maneira, conclui-se que há um longo caminho a percorrer para a efetivação concreta da interdisciplinaridade e da intersetorialidade na APAE de Lidianópolis/PR.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade. Intersetorialidade. Serviço Social.

ABSTRACT

The present Final Paper aims to identify and analyze practices of interdisciplinarity and intersectoriality in the Association of Parents and Friends of Exceptional Children (APAE) of Lidianópolis/PR, from the perspective of Social Service. In this sense, the research aimed to: 1) Understand the historical and theoretical concepts of interdisciplinarity; 2) Understand the trajectory and concepts of intersectoriality and its relation to social public policies, especially social assistance and health; 3) Reflect on the interface of Social Service with interdisciplinarity and intersectoriality; 4) Identify and analyze the interdisciplinarity and intersectoriality in APAE of Lidianópolis/PR, from the perspective of Social Service. The research, qualitative in nature, relied, firstly, on bibliographic research, searching for conceptualized authors regarding the theme. Furthermore, a field research was also used, by means of the application of a questionnaire, with open questions, to the social worker of APAE of Lidianópolis/PR, having in view the objectives mentioned above. It was verified, although incipiently, that there are several gaps for the effective interdisciplinary and intersectorial action in APAE of Lidianópolis/PR; gaps that result both from the lack of appropriation of the concepts inherent to interdisciplinarity and intersectoriality by the other professionals in the multidisciplinary team, as well as issues related to the institutional organization, such as objective conditions and weekly work load. External elements, linked to other institutions, as well as the macro-societal context also affect the composition of gaps and challenges. Thus, we conclude that there is a long way to go for the concrete implementation of interdisciplinarity and intersectoriality in the APAE of Lidianópolis/PR.

Keywords: Interdisciplinarity. Intersectoriality. Social Work.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição e quantidade de alunos/as por turmas e outros dados.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CEBES	Centro Brasileiro de Estudos de Saúde
CF	Constituição Federal
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNS	Conferência Nacional de Saúde
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
CRV	Campus Regional do Vale do Ivaí
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MS	Ministério da Saúde
NOB	Normal Operacional Básica
NOB-RH	Normal Operacional Básica de Recursos Humanos
OMS	Organização Mundial da Saúde
PCD	Pessoa com Deficiência
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PR	Paraná
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UEM	Universidade Estadual de Maringá

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. INTERDISCIPLINARIDADE: DO QUE SE TRATA?	13
2.1 Trajetória Histórica e Conceitual da Interdisciplinaridade.....	13
2.2 Interdisciplinaridade e Sua Interface com o Serviço Social.....	18
3. INTERSETORIALIDADE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	24
3.1 Intersetorialidade: Conceitos, Desafios e Dilemas	24
3.2 Intersetorialidade nas políticas públicas: desafios e estratégias a sua concretização junto à Assistência Social e à Saúde	29
3.3 Intersetorialidade e sua interface com o Serviço Social	38
4.INTERDISCIPLINARIDADE E INTERSETORIALIDADE NA APAE DE LIDIANÓPOLIS/PR NA ÓTICA DO SERVIÇO SOCIAL.....	44
4.1 Caminhos da Investigação e os Pressupostos Metodológicos de Base.....	44
4.2 A APAE de Lidianópolis/PR e o Trabalho do Serviço Social.....	46
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS.....	65
APÊNDICES	73
APÊNDICE I - Questionário aplicado no âmbito de pesquisa de campo.....	73
APÊNDICE II - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	75

1. INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), enquanto um dos requisitos pertinentes à graduação em Serviço Social na Universidade Estadual de Maringá (UEM) – Campus Regional do Vale do Ivaí (CRV), possui como tema a interdisciplinaridade e a intersetorialidade a partir da atuação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Lidianópolis/PR, sob a ótica do Serviço Social.

Sendo assim, essa pesquisa possui como objetivo principal identificar e analisar práticas de interdisciplinaridade e intersetorialidade na APAE de Lidianópolis/PR, a partir da ótica do Serviço Social. Neste sentido, teve como intencionalidade: 1) Compreender os conceitos históricos e teóricos acerca da interdisciplinaridade; 2) Compreender trajetória e conceitos de intersetorialidade e sua relação com as políticas públicas sociais, especialmente de assistência social e saúde; 3) Refletir sobre a interface do Serviço Social com a interdisciplinaridade e a intersetorialidade; 4) Identificar e analisar a interdisciplinaridade e a intersetorialidade na APAE de Lidianópolis/PR, a partir da ótica do Serviço Social.

As questões abordadas tem como base a consulta de acervos bibliográficos, a partir de artigos e livros de autores/as que realizam estudos acerca do tema abordado (pesquisa bibliográfica). Também contou com a análise de dados obtidos por meio da aplicação de questionário à assistente social que está inserida na APAE de Lidianópolis/PR há quatro anos, com carga horária de trabalho de oito horas semanais (pesquisa de campo). Assim sendo, foi realizada pesquisa qualitativa, baseada nas respostas obtidas por meio do questionário aplicado, fazendo relação com o material estudado durante a pesquisa bibliográfica, no que concerne às atuações interdisciplinar e intersetorial. O olhar crítico da profissional, aliado aos seus conhecimentos éticos-políticos, técnico operativos e teórico metodológicos, colaboraram para o estudo, articulando teoria com a prática. Dessa maneira, serão abordadas, durante esse trabalho, questões que se tornam desafios a serem enfrentados por todos/as os/as profissionais inseridos/as na APAE de Lidianópolis/PR, a partir da ótica da assistente social participante da pesquisa.

A partir do que dispõem as legislações pertinentes ao trabalho do/a assistente social – a saber: Código de Ética Profissional de 1993, Lei que Regulamenta a Profissão (8.662/1993) e demais Resoluções do Conselho Federal de Serviço Social

(CFESS) –, as atuações interdisciplinar e intersetorial colocam-se como práticas necessárias para a garantia e viabilização dos direitos das pessoas com deficiência e também dos/as demais usuários/as da política de assistência social e demais políticas.

Considerando que a interdisciplinaridade e a intersetorialidade são práticas complexas, sua efetivação perpassa muitos desafios e limites, vinculados as mais diversas razões (as quais serão melhor explicitadas ao longo deste trabalho), o que acaba prejudicando, muitas vezes, a intervenção sobre as demandas apresentadas pelos/as usuários/as e pelo seu contexto de inserção.

Os conteúdos atinentes ao estudo aqui apresentado estão dispostos em três capítulos. No Capítulo I, são abordadas as questões históricas e conceituais acerca da interdisciplinaridade, a partir da ótica de diversos/as autores/as que pesquisam e/ou pesquisaram sobre o tema. Também é sinalizada sua interface com o Serviço Social e desafios e estratégias para a sua efetiva implementação.

O Capítulo II trata de questões históricas e conceituais referentes à intersetorialidade e como ela se dá por meio das políticas públicas e sociais, com enfoque na política de saúde e na política de assistência social. Da mesma forma, aborda sobre a intersetorialidade sob o olhar e a partir da atuação do/a profissional de Serviço Social.

Já o Capítulo III explicita a metodologia da pesquisa, a partir da apresentação dos passos e métodos utilizados para a obtenção dos resultados. Na sequência, realiza uma breve apresentação da APAE de Lidianópolis/PR, sua história, como está organizada atualmente e sobre o trabalho do Serviço Social na instituição. E é neste capítulo que apresentamos os dados coletados por meio da pesquisa de campo e as análises pertinentes.

2. INTERDISCIPLINARIDADE: DO QUE SE TRATA?

2.1 Trajetória Histórica e Conceitual da Interdisciplinaridade

Antes de aprofundar a discussão sobre a interdisciplinaridade, sua importância e trajetória histórica e conceitual, faz-se necessário compreender que existem algumas denominações semelhantes, entretanto, com significados diferentes. Por isso, é importante realizar uma breve exposição sobre os termos multidisciplinar, pluridisciplinar e transdisciplinar.

O termo multidisciplinar é um dos mais comuns, sendo o mais utilizado nos diversos campos de atuação. Multi é uma palavra que tem origem latina, que vem de *multus*, e significa “múltiplo”, ou seja, abrange muitos fatores. Já, segundo o dicionário de Língua portuguesa Aurélio, refere-se ao que abrange muitas disciplinas. O termo, geralmente, é utilizado para se referir a equipes que trabalham no mesmo ambiente, mas possuem áreas de atuação diferentes. Importante destacar que muitos autores têm buscado conceituar multidisciplinaridade, conforme exposto a seguir.

Para Japiassu (1976), o termo multidisciplinar refere-se somente à justaposição dos recursos de várias disciplinas; diz ainda que consiste apenas em estudar um objeto sobre diversos ângulos, porém sem que as disciplinas sejam enriquecidas ou modificadas. Nicolescu et al. *apud* Bicalho e Oliveira (2011) aponta que a multidisciplinaridade corresponde à busca da integração de conhecimentos, por meio do estudo de um objeto de uma mesma e única disciplina ou por várias delas ao mesmo tempo. Já Iribarry (2002), expressa que alguns outros cientistas e escritores dissertam sobre o assunto, entretanto, suas definições possuem muitas semelhanças. O fato é que os/as profissionais, nesse caso, estão inseridos/as em um esquema automático, o qual não gera espaço para uma articulação, como em outras modalidades da disciplinaridade.

Outro termo a ser apresentado é o pluridisciplinar, que possui um significado muito parecido com a multidisciplinaridade e, para alguns autores, equivalente ao multidisciplinar. A pluridisciplinaridade também pode ser explicada como a justaposição de diversas disciplinas. Segundo Japiassu (1976), esta justaposição pode ser intencional ou não e, nesse caso, há algumas relações entre as disciplinas, diferentemente da multidisciplinaridade. Ainda para o referido autor, a

pluridisciplinaridade visa a construção de um sistema de um só nível, mas com objetivos diferentes.

Para Dellatre (2006), esta prática pode ser entendida como uma simples associação de disciplinas, que concorrem para uma realização comum, mas sem que cada disciplina tenha que modificar significativamente a sua própria visão das coisas. Nesse caso, a cooperação não é automática, mas cumpre a finalidade de estabelecer contatos entre os/as profissionais e suas áreas de conhecimento, como sinaliza Iribarry (2002).

Quanto ao conceito de transdisciplinaridade, este se refere a algo mais complexo, que perpassa até mesmo a interdisciplinaridade, haja vista a não existência de fronteiras entre as disciplinas. Para Menezes (2001), a transdisciplinaridade surgiu para superar o conceito de disciplina. Ou seja, é muito difícil chegar até esse conceito e realizá-lo de maneira eficiente. É uma prática bastante recente e que ainda está em processo de construção. Ainda existem poucos debates e poucas pesquisas sobre essa temática. Já Santos (2008), expõe que o conhecimento transdisciplinar se associa à dinâmica da multiplicidade das dimensões da realidade e apoia-se no próprio conhecimento disciplinar.

A transdisciplinaridade supera, ou pelo menos tenta superar, a hierarquização dos saberes, ou seja, através desta prática nenhuma disciplina seria mais importante que as outras dentro das pesquisas ou trabalhos. Dentre todos os termos que envolvem disciplinaridade, esse pode ser caracterizado como o mais vago em relação as suas definições concretas, já que é uma prática mais recente e, como já foi elucidado, transcende a interdisciplinaridade.

Sobre a prática interdisciplinar, vários autores têm se debruçado sobre o assunto, a partir de diferentes definições. De antemão, importa enfatizar que não há como determinar um conceito de interdisciplinar, uma vez que o termo se desenvolve no cerne de momentos históricos particulares, não sendo conhecimento absoluto, mas um princípio norteador de dadas realidades, ou seja, torna-se demasiadamente complexo referir-se à construção de uma única teoria da interdisciplinaridade (JANTSCH; BIANCHETTI, 1995). A complexidade do ser e do conhecer exige que as diversas disciplinas, que atuam como mediações do saber complexo sobre o real, trabalhem interdisciplinarmente (SEVERINO, 2019).

As primeiras pesquisas sobre o tema interdisciplinaridade surgem em meados da década de 1960, especialmente nos países da França e Itália. O tema

começou a obter maior enfoque a partir das reivindicações de estudantes universitários, que buscavam elaborar um novo estatuto de universidade e escola, e estavam à procura da aproximação de um conhecimento de totalidade, com vistas à substituição da recorrente dimensão alienadora.

Nesse contexto universitário, a interdisciplinaridade surge como uma forma de exercer uma reflexão mais aprofundada e crítica. É a partir de então que o termo começa a aparecer nas publicações. Entretanto, Klein (2005) acrescenta sobre a existência de registros acerca da menção pública da interdisciplinaridade, pela primeira vez, no início do século XX, dentro dos movimentos de reforma curricular nas universidades norte-americanas e nos relatórios da agência americana de fomento à pesquisa da área de ciências sociais.

No Brasil, a temática passa a ser analisada somente ao final da década de 1960, através de estudos das obras de Georges Gusdorf¹, inicialmente, a partir de dois enfoques: da epistemologia e pedagógico. O primeiro colocando-se enquanto a junção de *episteme* + *logos*, sendo caracterizado como discurso da ciência, e referindo-se a uma área da filosofia que estuda o conhecimento. É o estudo crítico dos princípios, das hipóteses e dos resultados das diversas ciências (TESSER, 1995). Já o pedagógico, fazendo referência às discussões pautadas no âmbito de questões curriculares e de ensino. O primeiro seria analisado pelo escritor Hilton Japiassu e o segundo seria tratado com mais ênfase por Ivani Fazenda. Após um certo período, outros autores passaram a debater sobre essas temáticas, porém, os que obtiveram maior alcance foram Fazenda e Japiassu.

Pode-se destacar três momentos importantes nesse processo de inserção da interdisciplinaridade no Brasil, os quais são definidos por Fazenda (1994) da seguinte maneira:

o primeiro sendo na década de 1970 que trouxe um processo de estruturação conceitual básica; o segundo na década de 1980 que foi marcado por um movimento que caminhou na busca de epistemologias que explicitassem o teórico e o abstrato, a partir do prático, do real; e a partir da década de 1990, momento de definição de uma teoria da interdisciplinaridade (FAZENDA, 1994, p. 17-19).

No ano de 1987, a temática foi debatida no III Congresso Nacional de Sociologia, que reconheceu a interdisciplinaridade como uma prática emergente

¹ **Georges Gusdorf**, foi um filósofo e epistemólogo nascido em Bordéus, França, no ano de 1912. Oriundo de uma família judia, originária da Alemanha, obteve grandes influências de Kierkegaard e do teólogo protestante suíço Karl Barth.

incontestável, embora fosse muito polêmica nas ciências sociais (CESCO; MOREIRA; LIMA, 2014). Entretanto, foi somente após o ano de 1996, com a implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e com a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais em 1998, que se intensificaram as pesquisas e debates.

Para Severino (2019), a complexidade do ser e do conhecer, juntamente com todas as dimensões da realidade, influenciou demasiadamente para que houvesse uma exigência de um enfoque interdisciplinar, uma vez que, a complexidade do real e também dos sujeitos exigem uma multiplicidade de abordagens, ou seja, uma imprescindível interdisciplinaridade do conhecimento, pautada na integração das abordagens. A partir disso, o conhecimento interdisciplinar seria, então, uma estratégia à compreensão da complexidade dos objetos, de situações e eventos; elementos somente compreensíveis se o sujeito cognoscente levar em conta todos os aspectos nele envolvidos, assim manifesta a ideia de que um conhecimento simples não dará conta do significado completo do objeto.

Ao nos referirmos à sociedade capitalista, enquanto modelo de sociabilidade vigente, convém a reflexão acerca das contradições que perpassam a efetivação, em seu cerne, da prática da interdisciplinaridade, visto que, em sua gênese, tem como prioridade o capital. Neste sentido, o trabalho passa a ser cada vez mais fragmentado, com o intuito de aumentar a produção e o mais valor. É possível, portanto, a reflexão de que ao modelo capitalista nem sempre será pertinente a instauração da prática interdisciplinar, uma vez que essa coloca-se na contramão de toda fragmentação e divisão do saber.

É importante destacar que a maior parte das pesquisas realizadas sobre o assunto são, majoritariamente, no âmbito acadêmico e pedagógico, com ênfase nas relações entre os/as professores/as e, até mesmo, entre docentes e discentes. Um dos motivos para que isso aconteça pode estar relacionado ao fato dessa prática ter surgido dentro das universidades. Por mais que fique evidente um quantitativo maior de pesquisas direcionadas ao ramo pedagógico, os dois enfoques, tanto o epistemológico² quanto o pedagógico, visam a não fragmentação do saber e do conhecimento.

² Na perspectiva marxista, poderíamos nos debruçar aqui a um enfoque ontológico, todavia, como tal tarefa exige mais “folego”, a retomaremos em outro momento, a partir de condições objetivas mais viáveis.

Paviani (2014) diz que a efetiva interdisciplinaridade realiza a articulação dos saberes, pois não é possível alcançar a ciência, a *episteme*, sem considerar que o conhecimento é, igualmente, um fazer, uma *techne*, e um agir, uma *fronesis*. A interdisciplinaridade, pensada no âmbito das diversas disciplinas, trabalha no contexto do encontro das mesmas, o que gera novas possibilidades, e ainda proposição de um novo olhar aos/às profissionais. Entretanto, para isso não basta apenas que seja feita a justaposição disciplinar, sendo necessária também uma análise crítica do que é exposto, para que, através da ação profissional, sejam obtidos trabalhos concretos e eficazes. “A interdisciplinaridade supõe abertura de pensamento, curiosidade que se busca além de si mesmo” (GUSDORF, 1990 *apud* POMBO, 1994, p. 2).

Na esteira das definições sobre a temática em tela, vale destacar que, a partir da década de 1970, três autores importantes expuseram seus pontos de vista. Para Jantsch, a interdisciplinaridade seria: “Uma axiomática comum a um grupo de disciplinas conexas e definida no nível hierárquico imediatamente superior à pluridisciplinaridade, com objetivos múltiplos e uma coordenação procedendo do nível superior” (JANTSCH, 1972 *apud* JAPIASSU, 1976, p. 74).

Para Jean Piaget, na interdisciplinaridade ocorrem cooperação e intercâmbios reais e, conseqüentemente, enriquecimentos mútuos (PIAGET, 1972 *apud* POMBO, 1994). E, por último, Nicolescu (2000) expõe que a interdisciplinaridade:

[...] diz respeito à transferência de métodos de uma disciplina para outra, podendo ocorrer em três graus: de aplicação (como na transferência de métodos da física nuclear para a medicina); epistemológico (a exemplo da transferência de métodos da lógica formal para o campo do direito); e de geração de novas disciplinas (como na transferência de métodos da matemática para a física, gerando a física matemática) (NICOLESCU, 2000, p.11).

Fazenda (2014) aponta que, somente uma caminhada reflexiva e crítica, levando um olhar, ao mesmo tempo, introspectivo e retroativo, mas, interativo no sentido profundo de sua ambigüidade, permitiria o exercício efetivo da interdisciplinaridade. Na interdisciplinaridade, o movimento é centrípeto, sem aspirar, porém, a unificação dos saberes, mas buscando a integração deles: não por soma ou justaposição, mas por amálgama e multiplicação (TORDINO, 2014, p.23).

2.2 Interdisciplinaridade e Sua Interface com o Serviço Social.

O trabalho do/a profissional de Serviço Social volta-se à atuação direta junto as inúmeras expressões da questão social, as quais decorrem da relação capital-trabalho e se materializam, enfaticamente, no contexto de desigualdades que perpassam as relações sociais em curso. Dessa maneira, sabe-se que as demandas ao Serviço Social, nos mais diversos campos de atuação, na maioria das vezes, não podem ser respondidas de maneira isolada, ou seja, coloca-se como necessário que também sejam objeto de intervenção de profissionais de outras áreas. Segundo Leis (2005), a interdisciplinaridade se transforma, de fato, numa nova especialização, apta para responder a problemas e alimentar profissões.

“Diferentes disciplinas em interação em um espaço de trabalho podem trocar experiências através de um encontro e tecer diálogos que possam proporcionar diferentes formas de enxergar e abordar uma realidade de trabalho” (JORGE; PONTES, 2017). Dessa maneira, para o/a profissional de Serviço Social, a interdisciplinaridade se torna uma prática intrínseca a sua atuação profissional, podendo ser desenvolvida em diversos espaços sócio-ocupacionais.

Ademais, a atuação do/a assistente social, numa perspectiva crítica, tem como base, juntamente a um vasto conjunto de produções teóricas e políticas das últimas quatro décadas, o Código de Ética profissional de 1993 e a Lei nº 8.662/1993 – Lei que Regulamenta a Profissão. O Artigo 8º, alínea d, do Código de Ética define como um dos deveres do/a profissional se empenhar na viabilização dos direitos sociais dos/as usuários/as, através de programas e políticas sociais. Outrossim, nas competências e atribuições privativas do/a assistente social, definidas por meio dos Artigos 4º e 5º da Lei nº 8.662/1993, observa-se um enfático foco de trabalho do/a assistente social junto a demandas e campos de atuação cuja intervenção requer interface com outras áreas e profissões. Esse foco fica evidente, principalmente, nos seguintes incisos do Artigo 4º:

- I - Elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;
- II - Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;
- XI - realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades (BRASIL, 1993).

Assim, podemos dizer que a ação interdisciplinar deve ser intrínseca à atuação do/a assistente social. O que é corroborado pelo Artigo 3º da Resolução CFESS nº 557/2009: “O/a assistente social deve, sempre que possível, integrar equipes multiprofissionais, bem como incentivar e estimular o trabalho interdisciplinar”. Dessa maneira, é importante que seja desenvolvido, dentro da instituição, um trabalho horizontal, para que a atuação dos/as profissionais não se realize a partir da fragmentação dos conhecimentos. Entretanto, esse não é um trabalho simples.

Na área da assistência social, por exemplo, conforme o que estabelece a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH/SUAS), os órgãos socioassistenciais devem possuir uma equipe mínima, contendo profissionais de diferentes áreas de atuação. A composição da equipe de referência dependerá da abrangência do atendimento do município, entretanto, demonstra que o/a assistente social não atua de maneira individual: “O funcionamento de um sistema sempre indica a necessidade de articular, aproximar e criar vínculo entre partes que, frequentemente, são vistas como separadas e independentes” (NOB-RH/SUAS, 2011, p.25).

A NOB-RH/SUAS determina esses parâmetros apenas para órgãos federais, todavia, complementa mais uma vez todas as questões mencionadas através das legislações, e também traz, a partir da citação acima, a importância da articulação dos/as diversos profissionais na atuação junto à viabilização dos direitos.

Considerando que o trabalho interdisciplinar é, de certa forma, uma prática recente no exercício da profissão, sua implementação implica em desafios e exige a formulação de estratégias. Neste sentido, convém destacar que a prática interdisciplinar é algo complexo, e pode ser facilmente confundida com a multidisciplinaridade e as derivações da palavra disciplinaridade. Porém, é uma ferramenta essencial, sendo analisada por Raichelis *apud* Ramos et al. (2016) da seguinte forma:

O trabalho interdisciplinar demanda a capacidade de expor com clareza os ângulos particulares de análise e propósitos de ações diante dos objetos comuns às diferentes profissões, cada uma delas buscando colaborar a partir dos conhecimentos e saberes desenvolvidos e acumulados pelas suas áreas (RAICHELIS *apud* RAMOS et al. 2016, p. 110).

Os/as assistentes sociais, constantemente, inserem-se em espaços sócio-ocupacionais onde a prática interdisciplinar seria de extrema importância para a viabilização dos direitos dos indivíduos, principalmente, a partir das políticas sociais e públicas. Porém, essa não é uma prática rotineira; ao contrário, o que se observa nesses ambientes de trabalho, muitas vezes, é a distorção em relação ao que realmente significa interdisciplinaridade.

Para que a interdisciplinaridade seja implementada, faz-se necessária “a identificação de uma problemática comum, com levantamento de uma axiomática teórica ou política básica e de uma plataforma de trabalho conjunto” (VASCONCELOS *apud* JORGE; PONTES, 2017, p. 179). Dessa maneira, o trabalho interdisciplinar é muito mais complexo do que somente a junção de um grupo de pesquisa, por exemplo, e requer que os/as profissionais democratizem o conhecimento, com a possibilidade até mesmo de criação de novas disciplinas, a partir dos pontos discutidos. A cartilha “CRESS-PR Orienta”, a partir da Resolução nº 557/2009 comentada, enfatiza o seguinte: “[...] mesmo em um espaço de trabalho interdisciplinar, os conhecimentos disciplinares pelos profissionais de diferentes áreas são distintos e por isso se complementam quando são aplicados conjuntamente” (CRESS/PR, 2021, p. 3)

É de extrema relevância que as instituições e os/as empregadores/as disponibilizem um espaço e um ambiente democrático, para que os/as profissionais possam assim, de maneira conjunta, realizar o planejamento das suas ações, e também debates acerca dos limites da atuação de cada profissão em relação a cada situação e demanda, individual ou coletiva.

Barroco (2007) aponta que interdisciplinaridade, consenso e coesão são necessários para unir profissionais em torno de valores e finalidades comuns, no atendimento de necessidades humanas e sociais. Um ponto muito importante na realização dessa prática é o entendimento dos/as profissionais em relação à importância das ações interdisciplinares, em sua área de atuação. Jorge e Pontes apontam que:

A relação entre diferentes profissões requer uma prática que possibilita o exercício de Interdisciplinaridade no espaço de trabalho e que proporcione aos seus sujeitos profissionais apreenderem que são sujeitos trabalhadores, que exercem suas profissões numa divisão social e técnica do trabalho numa sociedade de relações capitalistas, e que ao se apropriarem da perspectiva de Interdisciplinaridade na sua práxis profissional buscam uma

forma de emancipação para as necessidades de outros sujeitos, público de seu exercício de trabalho (JORGE; PONTES, 2017, p.180).

Ou seja, o trabalho, nesta perspectiva, coloca-se como possibilidade de aprofundamento das estratégias para que os sujeitos sejam atendidos em suas necessidades, para que tenham condições dignas de vida e de trabalho. Sendo assim, a implementação do trabalho interdisciplinar requer dos/as profissionais comprometimento. Como aponta Carvalho (2012), faz-se necessário ter consciência de que para bem interagir com outras profissões, urge o aprofundamento da competência no próprio campo. Além disso, importa ressaltar que para que a interdisciplinaridade seja efetiva não depende somente de um/a profissional, sendo primordial que todos/as estejam conscientes da importância do exercício com qualidade das competências de sua área.

Ademais, os espaços sócio-ocupacionais do/a assistente social são diversos, entretanto, em quase todos, o/a profissional possui um/a empregador/a. Dessa forma:

Embora os assistentes sociais possam atribuir uma direção social ao seu exercício, a interferência dos organismos empregadores ocorre através do estabelecimento de metas, normas, atribuições, condições de trabalho e relações de trabalho (IAMAMOTO, 2004, p. 18).

Portanto, o/a assistente social vivencia o que é denominado de relativa autonomia, o que se coloca como mais um dos desafios enfrentados para a implementação da ação interdisciplinar. O estabelecimento de metas, condições de trabalho e atribuições, que nem sempre são privativas do/a profissional, pela instituição empregadora, acaba por sobrecarregá-lo/la de tarefas, dificultando o investimento de tempo para as trocas entre os/as profissionais das várias áreas.

Assim, a relativa autonomia, bem como, condições não adequadas de trabalho podem desencadear desafios à atuação profissional e também à realização da interdisciplinaridade, ao implicar na sobrecarga dos/as profissionais com atividades que não são de sua competência e/ou sem as condições necessárias. O/a assistente social acaba ficando, cada vez mais, com menos tempo para realizar suas atribuições e, conseqüentemente, também não se torna possível que a equipe multidisciplinar se reúna para a discussão das demandas, uma vez que, para que isso seja realizado, é importante que seja destinado um período do dia, ou pelo menos algumas horas.

Da mesma forma, a prática interdisciplinar demanda que o conjunto de profissionais esteja consciente do sentido e importância do trabalho interdisciplinar. Logo, o que foi apresentado até aqui leva-nos a compreender que, como Ramos et al. (2016) bem explicita:

[...] a intervenção do profissional de Serviço Social alcançará seu objetivo, desde que cada profissional envolvido assuma o caráter interdisciplinar de forma a respeitar toda a contextualidade refletida pelos demais profissionais, certos de que cada reflexão ou análise é fundamental para realizar as necessárias e sucessivas aproximações com a realidade que envolve a expressão da questão social que está sendo analisada (RAMOS et al. 2016, p. 110).

Neste patamar, também é fundamental que todos/as os/as profissionais estejam abertos/as ao diálogo e à troca de saberes e informações sobre cada demanda analisada; postura esta imprescindível ao êxito do planejamento para uma intervenção conjunta e acessível ao/à usuário/a das políticas sociais.

A fragmentação do saber trouxe para diversas profissões um caráter de superioridade e de individualização, criando profissionais cada vez mais especializados/as em competências isoladas, porém incapazes de atender às exigências e complexidades presentes na realidade contemporânea (RODRIGUES *apud* RAMOS et al., 2016). Dessa maneira, é primordial romper com esse viés individualista e utilizar-se, cada vez mais, das práticas interdisciplinares.

Sobre essa fragmentação do saber, Lukács aponta que:

A especialização cada vez mais estreita é o 'destino' da nossa época, um destino do qual ninguém pode escapar. Em favor desta concepção, adota-se frequentemente o argumento de que a extensão da ciência moderna atingiu uma amplitude que não mais permite à capacidade de trabalho de um só homem dominar enciclopedicamente todo o campo do saber humano (LUKÁCS *apud* CASTELLUCCIO, 2019. p. 15).

Após a exposição de vários fatores que podem colaborar para a não realização do trabalho interdisciplinar, entende-se que essa prática é consideravelmente complexa e requer condições e esforço mútuo de todos/as os/as profissionais inseridos/as e envolvidos/as nos diversos espaços sócio-ocupacionais, responsáveis pela implementação e execução das mais variadas políticas sociais e, portanto, vinculados/as, diretamente, com a garantia e viabilização dos direitos aos/às usuários/as.

Além do esforço profissional, faz-se necessário também que o/a empregador/a entenda o papel de cada profissão dentro do ambiente de trabalho, e

ainda compreenda a importância da colaboração entre elas, propiciando um ambiente onde seja possível realizar todos seus compromissos éticos e políticos.

3. INTERSETORIALIDADE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

3.1 Intersetorialidade: Conceitos, Desafios e Dilemas

Ao nos remetermos à intersectorialidade, inicialmente, coloca-se como necessário retomar a discussão acerca do surgimento dessa prática, considerando suas especificidades e desafios, e ainda compreender de que maneira a prática intersectorial se realiza no âmbito dos espaços sócio-ocupacionais do/a assistente social.

Nos séculos XVI e XVII, houve a ascensão do pensamento que deu origem à ciência moderna, o que influenciou a forma de ver e agir das gerações futuras. A perspectiva de base dessa mudança é a de fragmentação dos pensamentos e das formas de conhecimento, donde surgiram as especializações, criando-se, assim, uma dicotomia do saber (DIAS, et. al. 2014).

Alguns autores apontam que o paradigma cartesiano de René Descartes (1596-1650) colaborou para a fragmentação do saber e divisão dos setores, uma vez que, um dos seus pressupostos descritos em seu livro “Discurso do Método” seria a divisão de cada um dos conceitos em tantas parcelas quanto possível para resolvê-las. O cartesianismo prevaleceu fortemente por vários séculos, alterando bruscamente a maneira de pensar e, por consequência, a de agir também.

Foi somente no século XX, após oposições de alguns pesquisadores, que o pensamento cartesiano foi perdendo sua prevalência, abrindo espaço ao chamado pensamento sistêmico, o qual se baseia na Teoria Geral dos Sistemas, sendo o sistema um conjunto de partes que, conjuntamente, formam um todo com objetivos e funções determinadas. Tal mudança de paradigma ocorre de maneira lenta e gradual.

A partir do pensamento sistêmico, sociedade e universo do conhecimento são analisados como uma teia, que interligam vários pontos. Para Castells (*apud* BERTOTTI; REITOW, 2011, p.11566) “redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, de poder e cultura”. Ou seja, a partir dessa ótica, o conjunto da sociedade está inter-relacionado e, a partir dessa rede, se torna viável a resolução de inúmeras demandas. Neste sentido, cumpre destacar ressalvas. Apesar da possibilidade dessa perspectiva

servir de base para a fundamentação do trabalho em rede e, muito provavelmente, ao encaminhamento de diversas demandas decorrentes das expressões da questão social, ainda assim coloca-se como limitada para o seu efetivo equacionamento (o que demanda o reconhecimento da existência de luta de classes e das desigualdades que decorrem da posse desigual dos meios de produção e do acesso à riqueza produzida no âmbito do sistema capitalista).

Ademais, mesmo que a intersectorialidade não se constitua numa prática recente na sociedade, as pesquisas sobre o tema no Brasil passam a ser intensificadas somente a partir das últimas décadas, especialmente após a Constituição Federal de 1988, a qual apresenta uma nova concepção das relações entre Estado e sociedade.

Para Silva (2013), a Constituição Federal (CF) de 1988 trouxe para sociedade uma “nova ordem social” (no sentido da organização dos serviços públicos), buscando consolidar um efetivo Estado Democrático Social de Direito, afirmando-se princípios de igualdade e de dignidade humana por meio das políticas públicas. Logo, a CF de 1988 busca assegurar o exercício de direitos sociais, civis, políticos, econômicos e culturais, uma sociedade livre de preconceitos, levando os indivíduos a se tornarem iguais perante a lei.

Desde então, as políticas sociais passaram a ser elaboradas buscando-se um viés diferente do que estava em vigor anteriormente, quando possuíam caráter meritocrático, entendido a partir da posição ocupacional do indivíduo. No pós CF 1988, tiveram um salto para um caráter igualitário e mais abrangente. Entretanto, o processo de implantação dessas conquistas tem sido um trabalho árduo, com diferentes graus de sucesso, a depender da área de política social analisada (IPEA, 2009, p.20). Dessa maneira, com a sociedade brasileira instaurando novos meios de atenção às necessidades humanas e direitos, a intersectorialidade passa também a prevalecer como mediação para a efetivação das políticas sociais.

Cavalcanti et al (2013) discorre que o maior vulto ao debate acerca da intersectorialidade resulta de uma inquietação advinda do cenário atual, em que as políticas sociais atravessam a complexificação da questão social, no tocante ao seu enfrentamento.

A partir da concepção de Feuerwerker e Costa (2000, p 94), a intersectorialidade consiste no conjunto dos diversos setores profissionais, na perspectiva de junção dos saberes, poderes e vontades para enfrentar problemas

complexos. Para Azevedo et al (2012), a intersectorialidade busca o estabelecimento de parcerias entre diferentes instituições no sentido de trabalharem juntas para alcançar um objetivo em comum.

A prática intersectorial pode ser realizada em diversos setores da sociedade e também em vários campos de atuação, uma vez que, para Dias et. al. (2014 p. 4372), a mesma se torna uma estratégia de produção crescente de articulações entre diferentes segmentos, tanto no plano interno quanto externo.

Dessa maneira, podemos relacionar essa prática diretamente às políticas sociais e públicas, as quais, inclusive, foram indutoras do grande número de pesquisas que ocorreram na década de 1980. Entretanto, como apontam Monnerat e Souza *apud* Macêdo:

É recorrente o pensamento de que as mudanças processadas até então não foram capazes de dar conta da fragmentação da ação estatal, além de que a crescente complexidade da questão social vem trazendo novos desafios ao sistema de proteção social. Assim, partindo do pressuposto de que é necessário encontrar formas inovadoras de formular e implementar as políticas sociais, a intersectorialidade tem sido largamente considerada como uma estratégia de gestão a ser adotada para atuar contra as iniquidades sociais (MONNERAT e SOUZA *apud* MACÊDO, 2013 p. 25).

Ou seja, coloca-se como um grande desafio romper com a análise fragmentada da realidade social e, por consequência, a elaboração de estratégias amplas de intervenção sobre a complexidade que envolve as expressões da questão social, o que acaba afetando os processos de trabalho e demais ações cotidianas.

Pereira *apud* Nunes (2017), refere-se sobre ao prefixo *inter*, que está presente tanto na interdisciplinaridade, quanto na intersectorialidade, como “uma relação dialética, ou seja, a relação que não redunde em um amontoado de partes, mas em um todo unido, no qual as partes que o constituem ligam-se organicamente”. Outrossim, de acordo com Nunes et al (2017), a intersectorialidade não visa a superação da setorialidade, devido a importância dessa forma de organização para a execução das políticas sociais, entretanto, se constitui a partir do diálogo entre os diferentes setores, que geralmente atuam com o mesmo sujeito.

A partir da compreensão de vários estudiosos em relação ao tema, é possível enfatizar que a prática intersectorial é muito complexa, e depende de vários atores para sua execução, não se caracterizando como uma ação individualizada de um setor. Concretizada em conjunto, demanda a construção de consensos. Neste sentido, Koga (2003) considera que a intersectorialidade é uma qualidade necessária

ao processo de intervenção, e aponta ainda que o diálogo é um desafio para as equipes técnicas.

A partir da perspectiva da não fragmentação do conhecimento e da superação dessa fragmentação, segundo Cavalcanti et al (2013), as necessidades da população usuária serão atendidas, de forma mais integral, mediante a superação do caráter fragmentado, focalizado e seletivo das políticas sociais.

Para Nascimento (2010), a intersetorialidade no âmbito das políticas públicas passou a ser uma dimensão valorizada na medida em que passou-se a observar a fragilidades na eficiência, efetividade e eficácia esperadas no seu processo de implementação. A prática passou a vigorar como um dos requisitos para efetivação das políticas setoriais.

A intersetorialidade visa promover, então, um impacto positivo nas condições de vida da população, num movimento de reversão da exclusão social (JUNQUEIRA; INOJOSA; KOMATSU, 1997). Sobre a materialização da intersetorialidade, Batista (2015) aponta:

A materialização da categoria da intersetorialidade seria capaz de mobilizar sujeitos, setores e conhecimentos em prol de uma articulação integrada das políticas públicas, entendida aqui, como um conjunto de ações e medidas necessárias para atender os anseios e necessidades da população em sua totalidade (BATISTA, 2015, p. 03).

A citação acima menciona a intersetorialidade a partir do contexto das políticas públicas. Porém, esse conceito não está ligado somente as políticas sociais e públicas, podendo se fazer presente em diversos espaços sócio-ocupacionais, tanto no setor privado, quanto em órgãos públicos, uma vez que, a integração desses setores se torna necessária para viabilizar encaminhamentos e demais trabalhos conjuntos. Podemos visualizar isso a partir do que afirma Batista (2015, p.08) na passagem abaixo:

[...] consideramos que as articulações e os arranjos intersetoriais podem ocorrer através da construção de parcerias entre diferentes setores e segmentos sociais como: educação, saúde, cultura, esporte, lazer, empresas privadas, organizações não governamentais (ONGs), fundações, entidades religiosas, as três esferas de governo, organizações comunitárias dentre outros setores.

A assistência social coloca-se como uma das políticas que mais promove os arranjos intersetoriais, já que atua diretamente com as inúmeras expressões da

questão social, entretanto não é sempre que se tem articulações e consensos entre as áreas de saúde, educação e assistência social.

No Brasil, a maior repercussão das pesquisas e também da discussão sobre a prática intersetorial tem tido maior foco na área das políticas sociais, já que é um dos campos onde mais pode acontecer a articulação das profissões. Batista (2015, 08) ressalta que:

[...] no decorrer do processo de descentralização dos serviços públicos pós Constituição Federal de 1988, sobretudo, no âmbito da saúde e da assistência social, a estratégia da intersetorialidade se apresenta como um tema complexo e desafiador, muito embora, tenha sido uma das estratégias mais utilizadas no processo de viabilização de direitos dos usuários das políticas públicas.

A intersetorialidade, desta forma, se coloca como uma estratégia frente à demanda de materialização de ações voltadas a proporcionar a superação da exclusão e seletividade das políticas e serviços sociais, mesmo que ainda de forma parcial. Essa abordagem supõe, então, considerar os determinantes sociais que balizam as situações atendidas.

Para Junqueira (2004), a atuação intersetorial implica na alteração das formas de articulação dos diversos segmentos da organização governamental e dos seus interesses, tendo em vista o alcance de objetivos comuns. Dessa maneira, visa o conhecimento e a intervenção sobre o todo, a partir dos saberes de diversas profissões. Junqueira aponta ainda, neste sentido, que para haver o conhecimento compartilhado, deve ocorrer uma mudança das práticas organizacionais e das relações sociais que se estabelecem entre os mais variados atores organizacionais.

A intersetorialidade, a partir de todas as ações que podem ser realizadas, se torna, segundo o que aponta Cavalcanti *et al* (2013), uma das ou, se não, a principal estratégia para o diálogo entre as mais variadas políticas públicas e setores externos à administração pública.

Mesmo após tantos avanços nas questões inerentes à administração pública e à gestão das políticas sociais, ainda é possível visualizar uma barreira muito grande no que se refere à superação da setorialização, a qual é inerente às condições sócio-históricas de surgimento da proteção social brasileira.

Romper com todos os paradigmas de setorialização que estão nesse meio há décadas não é uma tarefa fácil, haja vista que em todos os campos de atuação existem muitos/as profissionais que ainda possuem uma visão tecnicista e, em sua

grande maioria, conservadora. Para além disso, a cultura e a vontade política de profissionais, instituições e gestões também influencia todo o processo de mudança para um viés mais abrangente.

Assim, Machado *apud* Cavalcanti et al (2013) enfatiza que:

A intersetorialidade envolve a expectativa de maior capacidade de resolver situações, de efetividade e de eficácia, pois, em todas as experiências, reconhece-se claramente que ela se constrói sobre a necessidade de as pessoas e os setores enfrentarem problemas concretos (MACHADO *apud* CAVALCANTI *et al.* p. 199, 2013).

O autor ainda complementa que são as questões concretas que mobilizam as pessoas, e são elas próprias que criam um espaço possível para que sejam realizadas a interação e a ação. De fato “[...] a tarefa de interiorizar as políticas sociais não é fácil, mas também não é impossível, desde que a maioria esteja consciente de que vale a pena persegui-la em prol do interesse público” (PEREIRA, 2014, p. 37 *apud* MEDEIROS e LIRA, 2015). Ou seja, é de suma relevância que profissionais e demais agentes prestadores/as das políticas sociais e públicas estejam dispostos/as a travar lutas para que sejam efetivados os direitos humanos e sociais. Certamente, tais lutas envolvem busca pela atuação intersetorial numa perspectiva crítica e ampliada, e, junto a ela, pela consolidação das condições adequadas ao oferecimento dos serviços.

3.2 Intersetorialidade nas Políticas Públicas: Desafios e Estratégias a Sua Concretização Junto a Assistência Social e à Saúde.

Antes de iniciarmos a discussão sobre a intersetorialidade nas políticas de assistência social e saúde, é muito importante compreendermos o que são as políticas públicas e sociais, suas finalidades e como são organizadas e articuladas no bojo da sociedade capitalista.

Os estudos sobre as políticas públicas tiveram início nos Estados Unidos enquanto área de conhecimento e também disciplina acadêmica. Laswell foi um dos pioneiros nos estudos sobre o trabalho das políticas públicas, introduzindo a expressão *policy analysis* (análise de política pública), como sendo uma maneira de conciliar conhecimento científico acadêmico com a produção empírica dos governos (SOUZA, 2006).

Segundo Teixeira (1985), no contexto rígido e liberal, do período que antecede o *Welfare State* em que se negava a intervenção estatal nas questões que tangem aos problemas sociais emergentes, o mercado passou a não dar conta das demandas sociais que ele mesmo gerava, assim necessitando da intervenção do Estado.

A ação do Estado, nos primeiros momentos do que se tem por proteção social, se materializa de maneira compensatória e punitiva, uma vez que, os sujeitos “ganham” alguns direitos, porém, acabam por perder outros. Dessa maneira, muitos dos direitos possuem um caráter de caridade e voluntariado, mesmo quando prestados por órgãos estatais.

No século XX, logo após a crise do Estado Liberal, que culminou na insuficiência da economia para as demandas sociais, esse modelo de governo abre espaço para o *Welfare State*, que consiste na promoção do Estado de bem-estar social. Gomes (2006) define esse novo modelo da seguinte maneira:

[...] *welfare state* pode ser compreendido como um conjunto de serviços e benefícios sociais de alcance universal promovidos pelo Estado com a finalidade de garantir uma certa “harmonia” entre o avanço das forças de mercado e uma relativa estabilidade social, suprimindo a sociedade de benefícios sociais que significam segurança aos indivíduos para manterem um mínimo de base material e níveis de padrão de vida, que possam enfrentar os efeitos deletérios de uma estrutura de produção capitalista desenvolvida e excludente (GOMES, 2006, p. 203).

Entretanto, o *Welfare State* (que jamais foi implementado no Brasil) não deixa de ser uma estratégia da classe burguesa para legitimar os seus interesses, uma vez que a “concessão” de benefícios e direitos sociais e econômicos seria uma forma para conter possíveis processos de luta da classe trabalhadora. Nesse contexto, as políticas sociais e públicas denotam menor foco nas ações compensatórias e maior priorização da garantia de um mínimo social. O Estado assume as questões de administração do financiamento do sistema (TEIXEIRA, 1985). Para Netto:

Através da política social, o Estado burguês no capitalismo monopolista procura administrar as expressões da “questão social” de forma a atender às demandas da ordem monopólica conformando, pela adesão que recebe de categorias e setores cujas demandas incorpora, sistemas de consenso variáveis, mas operantes (NETTO, 2009, p. 30).

Ou seja, o Estado burguês se utiliza das políticas sociais para preservação e controle da força de trabalho, atendendo as requisições do monopólio. O que não

cancela o papel das lutas sociais na conquista de direitos. Ou seja, as políticas sociais possuem caráter contraditório, na medida em que atendem tanto aos interesses da burguesia, quanto da classe trabalhadora, sob mediação da luta de classes.

No Brasil, os debates sobre políticas públicas e sociais são considerados recentes, bem como há ainda vários entendimentos conceituais divergentes sendo, portanto, importante realizar reflexões sobre o assunto (LIMA, 2012, p. 50 *apud* CUSTÓDIO e SILVA, 2015, p.4). As definições de políticas públicas, para Souza (2002):

[...] assumem, em geral, uma visão holística do tema, uma perspectiva de que o todo é mais importante do que a soma das partes e que indivíduos, instituições, interações, ideologia e interesses contam, mesmo que existam diferenças sobre a importância relativa desses fatores (SOUZA, 2002, p.5).

Souza apresenta esse apontamento em razão da existência de diversas definições sobre as políticas públicas, sendo que a grande maioria se concentra nas relações destas com o governo. Porém, segundo a autora, esse não é o foco propriamente dito. As políticas públicas colocam-se como:

[...] campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, "colocar o governo em ação" e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real (SOUZA, 2002, p.5).

Não obstante, existam definições diversas de políticas públicas, a maior parte dos estudiosos sobre o assunto as definem em sua interface com os governos, o que Souza considera uma definição não tão conclusiva. No entanto, são denominadas de públicas com o intuito de diferenciação das políticas privadas, levando em consideração que o termo público tem um entendimento mais abrangente e que envolve o estatal e o não estatal (SILVA, 2010, p.171 *apud* CUSTÓDIO e SILVA, p.5).

Em contrapartida, na definição de Schmidt (2008):

O conceito política pública remete à esfera do público e seus problemas. Ou seja, diz respeito ao plano das questões coletivas, da *polis*. O público distingue-se do privado, do indivíduo e de sua intimidade. Por outro lado, o público distingue-se do estatal: o público é uma dimensão mais ampla, que se desdobra em estatal e não-estatal. O Estado está voltado (deve estar) inteiramente ao que é público, mas há igualmente instâncias e organizações da sociedade que possuem finalidades públicas expressas, às quais cabe a

denominação de públicas não-estatais (SCHMIDT, 2008, p. 2311).

Dessa maneira, fica evidente que as políticas públicas, por razões diversas sobre as quais não nos debruçaremos aqui, se expandem para além dos patamares de execução direta pelos governos, construindo-se tanto por meio do cotidiano participativo, quando da execução de serviços relacionados por instituições não estatais. Dentre todas as dimensões da política pública, a temos inserida em várias áreas, como por exemplo: educação, trabalho, meio ambiente, cultura, saúde, assistência social, lazer, moradia e transporte. Essa pesquisa, haja vista as suas características e finalidades, se dará a partir de duas áreas: saúde e assistência social.

No que concerne à política de assistência social, esta, ao longo dos anos, sofreu modificações e avançou em seu processo de consolidação, através das legislações e regulamentações. Todavia, foi somente após a Constituição Federal de 1988 que novos conceitos e modelos de assistência social passaram a vigorar no Brasil, ganhando a área mais notoriedade enquanto uma política de garantia de direitos, sendo parte integrante da seguridade social, tendo em vista o atendimento das necessidades básicas da população usuária.

Entretanto, os avanços retratados em relação à política de assistência social possuem relação direta a muitas lutas das classes operárias e articulação dos/as profissionais em oposição ao movimento conservador que caracterizava a assistência social como caridade e assistencialismo.

Importante ressaltar que, como resultado das articulações e lutas, um importante avanço se dá com a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de 1993, e da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004, a qual contém a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS) que objetiva, “Incorporar as demandas presentes na sociedade brasileira no que tange à responsabilidade política, objetivando tornar claras suas diretrizes na efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado” (PNAS, 2004, p. 13).

A efetivação da política pública de assistência social, a partir das normativas, toma como base três vertentes da proteção social, sendo elas: as pessoas, as circunstâncias e o seu núcleo de apoio que, em sua grande maioria, se constitui pela família. E, a partir disso, coloca-se como importante a articulação das ações que

visam priorizar a garantia de direitos aos indivíduos, a partir da efetiva análise dos determinantes sociais das situações.

Neste sentido, novamente, a PNAS/2004 explicita a articulação, de maneira intersetorial, para a viabilização dos direitos, a partir da:

[...] constituição da rede de serviços que cabe à assistência social prover, com vistas a conferir maior eficiência, eficácia e efetividade em sua atuação específica e na atuação intersetorial, uma vez que somente assim se torna possível estabelecer o que deve ser de iniciativa desta política pública e em que deve se colocar como parceira na execução (PNAS, 2004, p. 14).

Sendo assim, o trabalho intersetorial na política de assistência social é uma ação intrínseca à atuação do/a assistente social, haja vista não ser possível sua intervenção isolada, com vistas ao encaminhamento de alternativas frente à diversidade de expressões da questão social que podem acometer, por exemplo, a realidade de uma única família. Certamente, também não será a intervenção intersetorial que dará conta de erradicar as expressões da questão social, o que demanda um movimento mais amplo. No entanto, é através da articulação dos setores que se criam possibilidades diversas de intervenção, a partir do planejamento e propostas de atuação junto à realidade social de cada indivíduo ou família e da coletividade.

Como nos aponta Medeiros e Lira (2015):

Materializar a intersetorialidade torna-se um desafio, mas também abarca um conjunto de possibilidades que requer compromisso e vontade dos diversos sujeitos envolvidos, além de uma atuação técnica, um direcionamento também ético e político, envolvendo o processo formativo, buscando assim viabilizar o acesso aos serviços, a garantia e ampliação dos direitos sociais e de cidadania (MEDEIROS e LIRA, 2015, p. 4).

Assim, a atuação intersetorial também remete ao campo ético das profissões, demandando comprometimento e formação continuada. No que concerne ao Serviço Social, sobre o qual nos debruçaremos na sequência, o Código de Ética Profissional de 1993, nos princípios fundamentais, aponta, de várias maneiras, sobre o compromisso com a qualidade dos serviços prestados, e também com a defesa intransigente dos direitos humanos e sociais.

Outro ponto que a PNAS apresenta refere-se à descentralização como forma de ação, na perspectiva da intersetorialidade, no que tange às questões econômicas, de alocação de recursos, autonomia administrativa, elaboração de

diagnósticos sociais e demais serviços, com vistas à consideração de particularidades e ampliação dos níveis de atendimento.

A NOB/SUAS traz em seu texto a questão da intersectorialidade no âmbito dos diversos serviços de atenção social mas, em especial, aponta a atuação entre SUAS e Sistema Único de Saúde (SUS), na medida em que enfatiza a

[...] articulação intersectorial de competências e ações entre o SUAS e o Sistema Único de Saúde – SUS, por intermédio da rede de serviços complementares para desenvolver ações de acolhida, cuidados e proteções como parte da política de proteção às vítimas de danos, drogadição, violência familiar e sexual, deficiência, fragilidades pessoais e problemas de saúde mental, abandono em qualquer momento do ciclo de vida, associados a vulnerabilidades pessoais, familiares e por ausência temporal ou permanente de autonomia principalmente nas situações de drogadição e, em particular, os drogaditos nas ruas (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2005, p.15).

Dessa maneira, a política de assistência social, sendo uma das políticas que mais buscam a superação da fragmentação dos atendimentos prestados à população, estabelece a intersectorialidade como um de seus eixos estruturantes. Tal eixo possui correlação direta com a busca pelo bem estar da população atendida e, da melhor maneira, viabilizar os direitos previstos legalmente a essa população.

No que concerne à política de saúde, esta foi regulamentada alguns anos antes da política de assistência social, entretanto, também somente foi vista como direito mais amplo a partir da Constituição Federal de 1988, integrando o que foi denominado como tripé da seguridade social; tripé este composto pela saúde como direito universal a todas pessoas; pela assistência social para quem dela necessitar; e pela previdência social que possui caráter contributivo.

No período da ditadura militar, no ano de 1964, o sistema de saúde era formado por dois eixos, sendo a medicina previdenciária e a saúde pública. O primeiro consistia nas ações voltadas aos/às trabalhadores/as formais, sendo um serviço prioritário das zonas urbanas, e quem era responsável por esse setor eram os institutos de pensão. O segundo setor era destinado a população mais pobre e estava, principalmente, alocado nas zonas rurais, sendo executado pelo Ministério da Saúde (MS). Entretanto, vale ressaltar que, nesse período da história, os militares incentivavam a expansão do setor privado.

Na década de 1970, a partir da conjuntura nacional vigente no Brasil, ganhou força o movimento da reforma sanitária; importante movimento para a criação do SUS e, antes disso, para a ampliação de debates sobre um conceito ampliado de

saúde, enquanto condições de vida e de trabalho e considerando os determinantes da relação saúde-doença.

O movimento sanitarista brasileiro, composto majoritariamente por membros de esquerda e favoráveis à prestação estatal de serviços de saúde, durante a década de 1970, tensionou a implementação de vários programas para que a política de saúde obtivesse melhorias. Em outubro de 1979, foi realizado o primeiro Simpósio sobre Política Nacional de Saúde. Nesse encontro, as principais reivindicações do movimento sanitário tomaram forma a partir de um texto base que instaurava o direito universal à saúde; o caráter intersetorial dos determinantes de saúde; o papel regulador do Estado em relação ao mercado de saúde; a descentralização, regionalização e hierarquização do sistema; a participação popular; o controle democrático e, fundamentalmente, a necessidade de integração entre saúde previdenciária e saúde pública (CEBES, 1980).

Neste contexto, o importante movimento da sociedade pela reforma do sistema de saúde deu origem a 8ª Conferência Nacional de Saúde (CNS) no ano de 1986, enfatizando a saúde enquanto dever do Estado e direito do cidadão; a reformulação do sistema nacional de saúde e o financiamento do setor. Tal momento histórico e a movimentação dos sujeitos interferiu diretamente na elaboração da Constituição Federal de 1988 e na inserção da saúde na perspectiva já mencionada.

Com base nas definições da Constituição Federal de 1988, foi instaurada a Lei 8.080 de 19 de setembro de 1990, conhecida também por Lei Orgânica da Saúde, a qual deu origem e regulamentou o SUS, bem como dispõe sobre as diretrizes, organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Como já mencionado, o SUS se caracteriza como uma política universal, ou seja, é de direito de todo cidadão brasileiro, e é possível requisitar esse serviço em qualquer localidade do país. Ademais, de acordo com Batista (2015):

O SUS surgiu com a finalidade de alterar a situação de desigualdade na assistência à saúde da população. Mais do que oferecer a medicina curativa, ele se propõe a promover a saúde, com prioridade para as ações preventivas e democratizando das informações relevantes para que a população conheça seus direitos e os riscos a sua saúde (BATISTA, 2015, p. 67).

Posto isso, importante ressaltar que, dentro da política de saúde, existem ações básicas que devem ser realizadas. Segundo o Decreto nº 7.508/2011, estas

devem ser: atenção primária; urgência e emergência; atenção psicossocial; atenção ambulatorial especializada e hospitalar; e, por fim, vigilância em saúde. Lembrando que esses são os serviços mínimos que devem ser prestados, existindo outros tipos de atuação, que também são muito importantes.

A partir do exposto, é possível analisar que a política de saúde também atua diretamente com as expressões da questão social, que estão presentes em todos os segmentos da sociedade e, dessa maneira, tanto a política de saúde, quanto a política de assistência social, para seu desenvolvimento, demandam a prática intersetorial.

Segundo Battistela *apud* Martins (2015), a discussão sobre intersetorialidade na saúde teve início com o Movimento de Reforma Médica Alemã, no século XVIII, que culminou na Medicina Social, a partir da consideração dos determinantes sociais da saúde. Porém, não é como ela se caracteriza nos dias atuais, haja vista as inúmeras mudanças que perfizeram o contexto dos diversos países e a atuação dos movimentos reformistas.

Após a Conferência Internacional de Promoção à Saúde de 1986, alguns conceitos passaram por alterações e a intersetorialidade foi inserida junto ao setor sanitário:

As ações conjuntas contribuem para assegurar bens e serviços mais seguros e saudáveis, serviços públicos saudáveis e ambientes mais limpos e desfrutáveis. A política de promoção da saúde requer a identificação e a remoção de obstáculos para a adoção de políticas públicas saudáveis nos setores que não estão diretamente ligados à saúde. [...] A responsabilidade pela promoção da saúde nos serviços de saúde deve ser compartilhada entre indivíduos, comunidade, grupos, profissionais da saúde, instituições que prestam serviços de saúde e governos. Todos devem trabalhar juntos, no sentido de criarem um sistema de saúde que contribua para a conquista de um elevado nível de saúde (CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE PROMOÇÃO DA SAÚDE, 1986, p. 2-3, *apud* MARTINS, 2015, p. 42).

O Plano Nacional de Saúde de 2008 do Brasil aponta a intersetorialidade como estratégia de fortalecimento da promoção da saúde. No plano citado, consta que para o avanço da qualidade de vida, faz-se necessário o estímulo das ações intersetoriais. Segundo Batista (2015):

A intersetorialidade surge como uma possibilidade de solução integrada dos problemas do cidadão em sua totalidade, envolvendo os diversos setores: saúde, educação, trabalho, habitação, meio ambiente e outras dimensões sociais, pois é ferramenta fundamental para a realização da promoção da saúde e para a efetivação do Programa de Saúde da Família, já que estes trabalham com a melhoria da saúde da população (BATISTA, 2015, p.69).

Neste sentido, é oportuno refletir que o trabalho em rede é uma atuação complexa, uma vez que necessita do envolvimento de vários atores que estão inseridos em diversos setores. Isso implica que a prática do encaminhamento das situações seja ainda realizada de maneira fragmentada.

Para Junqueira (1997), a intersetorialidade transcende o setor da saúde que, em alguma medida, acolheu e aprofundou as discussões iniciais, assim como apontou determinações das demandas que chegam ao setor, e que não podem ser encaminhadas apenas por ele.

Importante situar também que existe uma interlocução bastante enfática entre a política de assistência social e a política de saúde. Para além do fato de estarem lado a lado no tripé da seguridade social (formado pela saúde, assistência social e previdência social), a relação advém dos períodos de luta para que se tornassem políticas viabilizadoras de direitos sociais, de maneira democrática, imprimindo estratégias de resistência frente aos desmontes protagonizados pelo capital.

Expressa-se aqui a articulação dos planos em que as duas políticas se inserem, e que possuem um caráter de contradição ao sistema vigente, uma vez que esse sistema vem, de maneira gradativa, realizando o desmonte das políticas públicas e sociais. No que concerne às lutas no campo da saúde, o CFESS (2010), enquanto entidade representativa do Serviço Social no Brasil, aponta que:

[...] as entidades do Serviço Social têm por desafio articular com os demais profissionais de saúde e movimentos sociais em defesa do projeto de Reforma Sanitária, construído a partir de meados dos anos de 1970. [...] as transformações estruturais nas políticas sociais, e na saúde em particular, só serão efetivadas por meio de um amplo movimento de massas que questione a cultura política da crise gestada pelo grande capital e que lute pela ampliação da democracia nas esferas da economia, da política e da cultura (CFESS, 2010, p. 23).

Fica evidente a relação entre o Serviço Social, enquanto profissão vinculada à defesa da classe trabalhadora, e a saúde, enquanto direito imprescindível para a garantia de melhores condições de vida e de trabalho à população. Neste sentido, o projeto ético-político profissional e o projeto da reforma sanitária denotam princípios e valores convergentes.

Outro ponto que caracteriza a proximidade das políticas de assistência social e saúde é que seus grandes eixos são a formação profissional e princípios e os principais aportes e referências teóricas – os quais são construídos no processo de redemocratização da sociedade brasileira, consolidando-se na década de 1980.

Para que seja possível a busca pela garantia da proteção social integral aos/às usuários/as das políticas públicas, coloca-se como importante que saúde e assistência social estejam em constante articulação e debate acerca das demandas em comum, que podem ser trabalhadas em conjunto. Todavia, é importante que as áreas garantam suas especificidades e contribuições peculiares.

As legislações das políticas em tela enfatizam o já exposto. De acordo com Pereira (2019):

Tanto as legislações do SUS quanto as do SUAS reconhecem a necessidade de complementaridade entre os serviços das diversas políticas sociais, apresentando princípios e objetivos comuns, como a demanda por uma gestão pública descentralizada, regionalizada, territorializada, hierarquizada, participativa e com serviços organizados no formato de redes (PEREIRA, 2019, p. 2).

Por fim, deve-se destacar que a própria Constituição Federal de 1988, que define em seu Artigo 194 a composição da seguridade social – saúde, assistência social e previdência social - ressalta sua consideração enquanto um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e também da sociedade. Essa integração pode ser caracterizada pela articulação intersetorial, com vistas à consolidação de um sistema de proteção social amplo e efetivo.

3.3 Intersetorialidade e sua Interface com o Serviço Social

A atuação do/a assistente social está diretamente vinculada às expressões da questão social e, conseqüentemente, também às desigualdades sociais, as quais estão ligadas diretamente ao modo de produção capitalista. Dessa forma, o/a profissional de Serviço Social acaba por ser requisitado para a “resolução” de impasses que se materializam na sociedade.

Como nos apresenta Guerra (2011), a partir do debate de uma das mesas redondas do Seminário Nacional O trabalho do/a Assistente Social no SUAS, realizado pelo CFESS:

O Serviço Social é uma profissão interventiva no âmbito das diversas expressões da questão social, e como tal, participa do processo de produção e reprodução das relações sociais. [...] o serviço social participa de forma ativa das maneiras como o Estado e as classes sociais enfrentam as expressões da questão social (CFESS, 2011, p. 273).

Contudo, para que se tornem possíveis encaminhamentos mais efetivos das demandas sociais apresentadas pelos usuários/as, tanto da política de assistência social, quanto das demais políticas, coloca-se como imprescindível o entendimento da totalidade das demandas, bem como, uma compreensão da realidade, numa perspectiva de totalidade. Muitos/as usuários/as da política de assistência social, por exemplo, não possuem apenas vulnerabilidades sociais, podendo demandar também outro tipo de atenção, como por exemplo, do setor de saúde. Da mesma forma, tem importância ímpar o processo de informar, estrategicamente, sobre a realidade social e o que determina as situações atendidas, na sua relação com o contexto macrossocietário. Dessa maneira, o/a profissional, além da inter-relação com os demais setores, para que seja possível a viabilização dos direitos aos/às usuários/as, também demanda um conhecimento aprofundado e reflexivo da realidade sobre a qual intervém.

De acordo com Lacerda *apud* Becker (2019):

A profissão de Serviço Social é demandada pela sociedade capitalista na era dos monopólios para a intervenção na vida da família trabalhadora de modo a implementar políticas sociais que façam o enfrentamento das sequelas da “questão social”, materializando os direitos do cidadão, promovendo a coesão social (LACERDA *apud* BECKER, 2019, p. 2).

No trecho acima, fica evidente o processo de antagonismo em que a profissão de assistente social se insere, uma vez que, o/a profissional coloca-se a serviço do capital para intervir junto às famílias trabalhadoras como forma de amenizar os confrontos sociais. Por outro lado, intervém no sentido de viabilizar alguns direitos sociais; todavia, na perspectiva da coesão social. Ou seja, sem opor-se as estruturas de opressão e exploração do sistema capitalista. Posto isso, a intersetorialidade se faz necessária no momento em que a profissão se vê de “mãos atadas” em seu fazer profissional, devido as condições sociais e empregatícias que lhes são impostas.

Entretanto, a prática intersetorial é uma atuação complexa, a qual requer a atenção de mais de um setor das políticas públicas. De acordo com Machado (2009), trabalhar intersetorialmente exige a criação de espaços comunicativos e negociações que envolvem o gerenciamento de “conflitos” e, finalmente, chegar, com maior potência, em algum resultado.

Ao adentrar nos espaços sócio-ocupacionais, muitas vezes, o/a profissional se depara com a falta de preparação teórica-metodológica para que a intersetorialidade seja realmente efetivada, uma vez que, não são todos/as os/as profissionais que recebem, em seu período de formação, instruções sobre a atuação intersetorial. Isso acaba por fragilizar o trabalho do Serviço Social, pois os/as demais profissionais nem sempre estão abertos/as ao diálogo e à troca de saberes. Especificamente, sobre o arsenal teórico de base para a atuação numa perspectiva intersetorial, convém explicitar que este não se refere isoladamente sobre a categoria intersetorialidade, mas uma formação crítica e propositiva, que permita a análise aprofundada da realidade social e a construção das estratégias inerentes.

Haja vista o contexto e finalidades de inserção, colocam-se ao/a profissional vários limites a sua atuação e intervenção, cabendo ao/à mesmo/a desenvolver possibilidades:

Com todos os limites inquestionáveis das políticas sociais, o assistente social, enquanto seu executor, não pode fugir deles. Pelo contrário, deve reconhecê-los e pensar suas possibilidades não apenas no sentido da garantia do direito, possibilitando que o recurso público materialize ações e benefícios que contribuam para a satisfação das necessidades da classe trabalhadora, mas também que seja ampliada a compreensão dos sujeitos acerca da satisfação ou não de suas necessidades (LACERDA, 2014, p.30).

Portanto, o/a assistente social deve, dentro de sua atuação, refletir sobre as possibilidades de intervenção e atuação, a partir da relação com os/as demais profissionais que se inserem nos espaços sócio-ocupacionais, numa perspectiva ampliada.

Todo esse contexto requer do/a profissional de Serviço Social um pensamento e uma atuação crítica, e espera-se que seja “capaz de analisar, por meio da mediação, a realidade contextualizada que envolve o conjunto de demandas que se apresentam para a política social” (MARTINELLI *apud* RAMOS et al., 2016). Para Raichelis (2009):

o trabalho interdisciplinar e intersetorial se torna fundamental e estratégico, bem como a ampliação do arco de alianças em torno de pautas e projetos comuns, tanto no âmbito governamental como na relação com os diferentes sujeitos e organizações da sociedade civil, em especial com os usuários dos serviços públicos e suas organizações coletivas (RAICHELIS, 2009, p. 15).

É perceptível, então, que essa perspectiva de atuação é essencial para o agir profissional do/a assistente social em conformidade com o seu projeto ético político, o qual já foi citado anteriormente. E, conforme Matos *apud* Pereira (2019), o/a

assistente social conhece a rede de serviços e, além disso, é o/a profissional da equipe que detém um amplo conhecimento sobre os setores dos serviços que está inserido. O autor ainda complementa dizendo que os/as assistentes sociais sabem que o êxito do seu trabalho depende da articulação de uma rede de serviços e de profissionais.

O/a assistente social, a partir de sua atuação nos mais diversos campos de trabalho, se depara com alguns condicionantes que impedem e/ou dificultam a intersectorialidade. Becker (2019) pontua alguns dos desafios e demandas para a prática intersectorial:

Exige o cuidado quanto aos procedimentos metodológicos de trabalho que respeitem os limites dos setores. É necessária uma articulação mais orgânica no processo de construção do atendimento intersectorial, é algo difícil, pois os atores devem ter um nível de interlocução e articulação prévia. Não significa simplesmente acomodar junto algo que se faz separado, mas sim de criar uma ação de forma compartilhada (BECKER, 2019, p. 5-6).

Assim, complementando o que Becker expõem sobre a questão de não ser somente uma acomodação dos conhecimentos, Inojosa *apud* Cavalcanti *et al.* (2013) diz que uma perspectiva de trabalho intersectorial implica muito mais do que apenas justapor ou compor projetos que continuem sendo formulados e organizados setorialmente. Ou seja, a questão não é simplesmente realizar planejamentos de ações que podem ser feitas separadamente, mas sim, pensar em conjunto uma ação que pode ser desenvolvida com dois ou mais setores com demandas em comum. Becker traz seu ponto de vista em relação à responsabilidade dos/as profissionais:

A definição de responsabilidades entre os atores é uma importante via de mediação, pois permite gerar consensos, facilitar diálogos, promover uma imagem conjunta, gerar valores e percepções compartilhadas sobre os objetivos da atuação. Para se se criar um espaço de gestão compartilhada, o planejamento, avaliação e definição dos responsáveis tornam-se questões de fundamental importância (BECKER, 2019, p.7).

Entretanto, para que seja possível a realização de um planejamento em conjunto, para posterior atuação, faz-se necessário que as partes envolvidas estejam dispostas a realizar esse trabalho. Por isso, o processo formativo é tão importante para que o conjunto de profissionais não se limite somente a suas ações, e que haja o entendimento de que é preciso uma interlocução entre as diversas áreas de conhecimento. O Serviço Social pode contribuir, inclusive, no processo de

formação junto a equipes e setores, no que concerne à matéria do seu conhecimento.

De acordo com Junqueira (1996), a intersetorialidade visa a mobilização dos sujeitos, setores e conhecimentos, em prol da articulação integrada das políticas públicas. Isso acaba por agregar conhecimentos a todas as áreas envolvidas na atuação.

Ademais, para que ações dessa natureza sejam concretizadas, também há uma dependência das condições impostas pelo poder executivo municipal e/ou por outros órgãos e instituições envolvidas. Dessa forma, é fundamental que sejam criadas as condições de atuação que possibilitem alcançar, mais atentamente, as necessidades da população de forma totalizante.

Sobre o planejamento das estratégias de intervenção, com relação ao Serviço Social, Lacerda (2014) traz a seguinte reflexão:

O exercício profissional do assistente social requer que se apreenda da forma mais rica de determinações possível a realidade (causalidade) e, diante disso, sejam pensadas as estratégias de intervenção (pôr teleológico) para a satisfação de necessidades (LACERDA, 2014, p. 30)

A análise da totalidade é, então, um dos princípios do trabalho do/a assistente social, pois é a partir da análise de todos os condicionantes que são impostos ao indivíduo que se torna possível a identificação das expressões da questão social que perpassam seu cotidiano e, dessa maneira, a realização de um planejamento para atuar sobre essas expressões. Certamente, esse trajeto contribui para uma atuação mais qualificada e aprofundada do Serviço Social no âmbito de seu campo de trabalho e na interface com os demais setores. Vale destacar que o trabalho em conjunto tem sua importância, tanto para o encaminhamento das demandas de forma individualizada, quanto para ações coletivas, de maior abrangência.

Para Bidarra (2009), decidir pela intersetorialidade corresponde a uma intenção política de investimento num processo que deve ser socialmente construído e que requisita o conhecimento da realidade e análise das reais demandas dos sujeitos. O que converge com a exposição realizada acima. De acordo com a autora:

Atuar na perspectiva da intersetorialidade significa ter a capacidade de compartilhar responsabilidades e de organizar atribuições necessárias à realização de uma tarefa e que para qual é preciso contar com igual compromisso dos atores sociais envolvidos (BIDARRA, 2009, p. 490).

O que, muitas vezes, conforme já apontado, não é o que acontece, devido à fragilidade de compreensão dos/as demais profissionais que atuam em outras áreas. Isso se torna um desafio na implementação da prática intersetorial para o/a assistente social, já que, sem o entendimento dos outros setores sobre a importância dessa ação conjunta, a ação acaba se mantendo fragmentada.

Wanderley, Martinelli e Paz (2020) explicitam que a questão da fragmentação e da setorização traz inúmeras consequências para os/as usuários/as através da:

desarticulação, fragmentação e sobreposição das ações, além de expor as famílias, indivíduos e grupos atendidos pelas políticas a um paralelismo de intervenções e, muitas vezes, à duplicidade de cadastros e procedimentos para acesso aos serviços públicos (WANDERLEY; MARTINELLI; PAZ, 2020, p.8).

As autoras enfatizam o quão prejudicial é para os indivíduos atendidos pelas políticas públicas a falta de articulação entre os atores, uma vez que, muitas vezes, acabam por precisar se expor repetidas vezes para angariar atendimento junto aos setores demandados. Com o trabalho intersetorial, essa exposição pode ser evitada, devido ao fato de setores já estarem trabalhando juntos e serem conhecedores da realidade dos sujeitos.

Observamos, então, que a prática intersetorial no âmbito do Serviço Social não é algo fácil de se estabelecer, uma vez que existem desafios de inúmeras naturezas, quer relativos às condições éticas e técnicas dos espaços sócio-ocupacionais; quer em relação aos atores envolvidos, quando existem limites quanto à disponibilidade e divergências de propósitos. Todavia, certamente, é uma prática importante no que concerne ao alcance e qualidade das ações desenvolvidas.

4. INTERDISCIPLINARIDADE E INTERSETORIALIDADE NA APAE DE LIDIANÓPOLIS/PR NA ÓTICA DO SERVIÇO SOCIAL

4.1 Caminhos da Investigação e os Pressupostos Metodológicos de Base

Para iniciarmos a descrição do percurso metodológico da pesquisa em tela, faz-se necessário compreender o que é uma pesquisa que, de acordo com Gil (2002, p.17), é um processo científico utilizado para a obtenção de novas ideias no campo da realidade social, vinculando a teoria com prática. Também pode ser definida como um instrumento racional e sistemático que possui o objetivo de proporcionar respostas aos problemas que são propostos.

Minayo (2009, p.16) entende a pesquisa como “a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade” e complementa dizendo ser a partir da pesquisa que se torna possível a complementaridade da atividade de ensino, e a atualiza frente à realidade do mundo. Além disso, pesquisas são realizadas para que sejam obtidas possíveis respostas às requisições vivenciadas através da prática profissional.

Para Bourguignon (2007), o Serviço Social tem em sua natureza a pesquisa como meio de construção do conhecimento da realidade e das demandas específicas da profissão, com vistas à construção de estratégias de enfrentamento a essas demandas. Sendo a pesquisa um exercício sistemático de indagação da realidade observada, busca ultrapassar o conhecimento imediatista, para fundamentar o desenvolvimento de práticas significativas ao contexto inserido, e à qualidade de vida dos cidadãos (GATTI *apud* BOURGUIGNON, 2007, p.49). Desse modo, é uma prática que é requerida e vivenciada no meio profissional, mas que também pode ser um desafio para os/as profissionais assistentes sociais.

Segundo Chizzotti (1995), a pesquisa possui diferentes fontes de informação, podendo provir de observações, reflexões pessoais, de pessoas que adquiriram experiência através do trabalho e também de acervos bibliográficos. A primeira fonte utilizada nessa pesquisa refere-se à consulta de acervos bibliográficos sendo, portanto, uma pesquisa documental realizada a partir de artigos e livros de autores/as importantes para o Serviço Social e que realizam estudos a partir do tema abordado. A busca de informações documentadas acompanha o desenvolvimento geral da pesquisa. A segunda fonte utilizada é a que Chizzotti

(1995) chama de “pessoas-fonte”, que consiste na entrevista ou aplicação de questionários a profissionais que atuam na área da pesquisa e possuem uma experiência com o tema.

A forma de obtenção de dados que serviu de base à realização do presente estudo foi a aplicação de questionário aberto, onde, por meio de perguntas direcionadas, buscou-se compreender, a partir da ótica do Serviço Social, as relações interdisciplinares e intersetoriais dentro da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Lidianópolis/PR. Assim sendo, foi realizada uma pesquisa qualitativa, baseada nas respostas obtidas por meio do questionário aplicado, bem como, também fazendo relação com o material estudado durante a pesquisa bibliográfica.

Gil (1999) define o questionário como uma técnica de investigação que congrega um número de questões a serem respondidas por determinadas pessoas, com o objetivo de obter o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas, entre outras finalidades.

A pesquisa possui, então, um caráter qualitativo que, para Martinelli (1999) tem por objetivo evidenciar o que os/as participantes pensam a respeito do que está sendo pesquisado. Busca-se, então, entender os fatos a partir da interpretação que fazem dos mesmos, em sua vivência cotidiana. A pesquisa qualitativa não é realizada com muitos sujeitos, pois intenciona o aprofundamento do conhecimento na relação com aqueles sujeitos.

Martinelli (1999) aponta ainda que é indispensável ter presente que é muito mais do que descrever um objeto; busca-se conhecer trajetórias de vida, experiências sociais dos sujeitos. Essa pesquisa possui um sentido social, sendo que deve retornar os resultados à sociedade e aos indivíduos envolvidos.

Vale destacar três questões importantes sobre a pesquisa qualitativa:

A primeira: é quanto ao seu caráter inovador, como pesquisa que se insere na busca de significados atribuídos pelos sujeitos as suas experiências sociais; a segunda: é quanto à dimensão política desse tipo de pesquisa que, como construção coletiva, parte da realidade dos sujeitos e a eles retorna de forma crítica e criativa; a terceira: é que exatamente por ser um exercício político, uma construção coletiva, não se coloca como algo excludente ou hermético, é uma pesquisa que se realiza pela via de complementaridade, não da exclusão (MARTINELLI, 1999, p. 28-29).

A investigação, então, se coloca como fundamental ao exercício profissional do Serviço Social, pois compreende, entre seus aspectos, o aprofundamento de

compreensões sobre o desenvolvimento sócio histórico dos mais diversos contextos e da realidade social, de forma geral, ganhando estatuto de elemento constitutivo da própria intervenção profissional, que faz fusão ao processo investigatório. Sendo assim, se faz necessária e urgente, na medida em que a profissão enfrenta, cotidianamente, as expressões da questão social e, através da pesquisa e produção de conhecimento, busca atender as condições objetivas e subjetivas dos indivíduos.

Assim, as informações obtidas através da aplicação de questionário se colocam como de fundamental importância para o resultado final do presente estudo. Vale salientar que, inicialmente, a pesquisa visava a coleta de dados através de entrevista direta com todos/as os/as 6 (seis) profissionais da equipe multidisciplinar inseridos/as na APAE de Lidianópolis/PR. Entretanto, devido as condições objetivas decorrentes da pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2), e respeitando as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) em relação ao distanciamento social, houve a necessidade de alterar o processo de pesquisa, optando pela aplicação de questionário, sendo este direcionado à profissional de Serviço Social da instituição. Nisto, também foram consideradas as questões de tempo e fluxos inerentes à realização de todo processo.

Sendo assim, os dados obtidos, aliados ao arcabouço teórico desvelado pela pesquisa bibliográfica, auxiliaram no desafio de decifrar a realidade na qual se insere o exercício profissional do Serviço Social, em sua interface aos objetivos desta pesquisa.

4.2 A APAE de Lidianópolis/PR e o Trabalho do Serviço Social

Daremos início a esse item realizando uma breve contextualização histórica, visando o entendimento do papel da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e de como essa instituição se organiza.

A primeira iniciativa para criação da APAE no Brasil aconteceu no ano de 1954, na cidade do Rio de Janeiro, a partir do movimento iniciado por Beatrice Bemis, que era mãe de uma adolescente com síndrome de Down. Ela mobilizou outros sujeitos: pais, médicos/as, professores/as e amigos/as de pessoas com deficiência. A entidade passou a contar com uma sede provisória, na Sociedade Pestalozzi do Brasil, em 1955.

Desde a criação da primeira instituição até o ano de 1962 surgiram outras APAEs. Ao final desse mesmo ano, ocorreu a primeira reunião de dirigentes, onde foi decidido pela necessidade da criação de um organismo nacional, surgindo assim a Federação Nacional das APAEs.

Desde então, o Movimento Apaeano vem ganhando muita visibilidade, como também muitos colaboradores/as. Por ser um movimento da sociedade civil, conta com vários tipos de apoiadores: profissionais técnicos/as, professores/as, pais e amigos/as de pessoas com deficiência e voluntários/as, de forma geral, os/as quais colaboram de diversas maneiras.

Atualmente, existem mais de duas mil APAEs no Brasil, e são vinte e quatro Federações das APAEs nos Estados. Essas instituições atendem cerca de 350 mil pessoas, com diferentes tipos de deficiência, adensando o que é considerado o maior movimento social e comunitário do mundo nessa área de atuação. As instituições são caracterizadas como associações não governamentais, designadas por muitos autores como entidades de terceiro setor, o qual é caracterizado por Alencar (2009) da seguinte forma: “O 'terceiro setor' é considerado um setor 'não-governamental', 'não lucrativo' e 'esfera pública não-estatal' materializado pelo conjunto de 'organizações da sociedade civil consideradas de interesse público” (ALENCAR, 2009, p.8).

As APAEs possuem o objetivo de promover políticas públicas sociais que visam garantir o acesso a direitos pelas pessoas com deficiência, uma vez que o Estado capitalista e neoliberal, muitas vezes, se exime das suas funções. Segundo Montaño (2004):

a crise e a suposta escassez de recursos servem de pretexto para justificar a retirada do Estado da sua responsabilidade social e a expansão dos serviços comerciais ou desenvolvidos num suposto “terceiro setor”. [...] a resposta social à “nova questão social” tende a ser externalizada da ordem social e transferida para o âmbito imediato e individual (MONTAÑO, 2004, p. 2-3).

Haja vista a precarização das ações estatais em relação as políticas públicas sociais, acentuada pelo que preceitua o projeto neoliberal, ocorre a sua descentralização e, conseqüentemente, a desresponsabilização do Estado, em relação as suas funções. Frente a isso e, em resposta a todas as demandas que se apresentam na sociedade capitalista, que é permeada de desigualdades sociais e

econômicas, fez-se necessária a criação de organizações que prestassem serviços às pessoas com deficiência e também as demais camadas da sociedade.

O chamado terceiro setor se consolida nesse processo de diminuição das responsabilidades do Estado, se opondo ao *Welfare State* ou Estado de bem-estar social, o qual, de acordo com muitos autores não ocorreu, efetivamente, no Brasil. Costa *et. al* aponta as funções do terceiro setor:

As políticas sociais desenvolvidas pelo terceiro setor retomam um período anterior ao reconhecimento ao Estado enquanto responsável por tratar as expressões da “questão social”, passando a responsabilidade para a “sociedade civil” que irá responder a estas demandas através de filantropia e práticas caritativas. Deslegitimando então, direitos que foram conquistados pela classe trabalhadora através da luta por seu reconhecimento pelo Estado (COSTA *et. al*, 2016, p. 03-04).

O terceiro setor avança, então, diante das lacunas do Estado na implementação de políticas sociais e públicas, com vistas a garantir os mínimos sociais aos indivíduos, o que, no Brasil, recebeu grande incidência do projeto de “reforma” do Estado³ brasileiro, na década de 1990, do então Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, na perspectiva de atendimento aos pressupostos neoliberais de redução do Estado; “reforma” esta designada por muitos autores, especialmente por Behring (2003), como uma contrarreforma do Estado. Cria-se, assim, um novo campo de atuação para o/a assistente social, na medida em que, por um lado, esse terceiro setor assume a atuação frente a várias expressões da questão social e, por outro lado, tais expressões se fazem ainda mais presentes, devido a retirada do Estado.

É neste contexto que, no dia 15 de julho de 1996, a APAE é fundada em Lidianópolis/PR. Sendo mantenedora da Escola Rosa Alves – Educação Infantil e Ensino Fundamental, na modalidade educação especial, possui turmas desde os anos iniciais até a educação de jovens e adultos. Com o intuito de agregar maiores benefícios ao desenvolvimento de pessoas com deficiência intelectual e múltiplas do município, são atendidas crianças a partir de idade zero, não possuindo um limite de idade máxima para início das atividades.

³ O projeto de “reforma” do Estado, segundo Behring (2003), visava a desregulamentação dos mercados, pela redução do déficit fiscal dos gastos públicos, uma política de privatização pela capitalização da dívida e um amplo espaço ao capital internacional. Para as políticas sociais, pensava na focalização das ações, programas compensatórios de transferência de renda, mobilização da “solidariedade” individual e voluntária, bem como, de organizações da sociedade civil, dando espaço a um clientelismo onde a sociedade civil é domesticada.

As principais fontes de recursos da instituição, que permitem que a mesma se mantenha em funcionamento e realize o pagamento de funcionários/as, provém de convênios de cooperação técnica e financeira com o Governo do Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Educação do Estado do Paraná, bem como com prefeitura municipal e Sistema Único de Saúde. Promoções/eventos e mensalidades de associados/as também contribuem com a composição do orçamento.

A APAE conta com vários/as profissionais técnicos/as, além dos cuidadores/as e professores/as, porque, apesar de ser considerada uma entidade socioassistencial, também atua nas áreas de educação e saúde. Os/as profissionais inseridos/as na instituição são: 01 fisioterapeuta, atuando doze horas semanais; 01 psicólogo/a atuando oito horas semanais; 01 assistente social atuando oito horas semanais; 01 terapeuta ocupacional com uma carga horária de oito horas, realizando atendimentos quinzenalmente; 01 fonoaudiólogo/a com doze horas semanais e 01 médico psiquiatra com quatro horas mensais, os/as quais atuam na viabilização e garantia dos direitos das pessoas com deficiência. Além desses/as profissionais, a instituição conta também com profissionais da educação e cuidadoras, para auxiliar os/as professores/as dentro das salas.

Esses/as profissionais atuam no atendimento de 52 alunos/as⁴, de diversas faixas etárias, divididos/as em várias turmas.

Tabela 1 - Distribuição e quantidade de alunos/as por turmas e outros dados:

Turmas	Quantidade de alunos	Faixa Etária	Período
Estimulação	8	0 - 4 anos	Matutino
Pré-Escolar I	2	5 - 6 anos	Vespertino
Fundamental I	4	7 - 11 anos	Matutino
Fundamental II	8	6 - 14 anos	Matutino
Fundamental III	8	7 - 12 anos	Vespertino
EJA I	9	17 - 71 anos	Matutino
EJA II	4	28 - 48 anos	Vespertino
EJA III	9	19 - 66 anos	Vespertino

Fonte: Escola Rosa Alves – APAE de Lidianópolis/PR.

⁴ Dados atualizados até a data de 13/04/2021.

Também são ofertados, para além das aulas, projetos como: Golf-7, iniciação artística, horta comunitária, cozinha experimental, jardinagem e equoterapia.

Cada profissional possui uma carga horária específica de atuação e, conseqüentemente, dias em que se encontra e dias em que não se encontra na instituição. A assistente social da APAE é contratada por somente oito horas semanais, e atua, semanalmente, às quintas-feiras, o que acaba prejudicando e inviabilizando muitas ações que poderiam contribuir para uma atuação profissional mais ampla, como por exemplo: realização de grupos com os pais dos/as alunos/as, viabilização de intervenções junto aos/às demais profissionais sobre as situações atendidas pela instituição, entre outras atribuições e competências do/a assistente social.

Isso ocorre devido ao vínculo empregatício do terceiro setor possuir um caráter precário e com predominância de uma flexibilização das relações contratuais que perpassam a jornada de trabalho, o que é consequência do Estado mínimo, e das alterações realizadas na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), trazendo cada vez mais precarização para as relações de trabalho.

Sendo assim, a precarização do trabalho nas instituições de terceiro setor se apresenta através da carga horária mínima, sendo recorrente: sobrecarga de trabalho, salários abaixo da média, falta de infraestrutura e/ou infraestrutura precária. Isso implica em inúmeras consequências à atuação profissional, sem contar a incerteza de permanência na instituição.

O/a assistente social da APAE possui atribuições e competências delineadas, utilizando-se, comumente, dos seguintes instrumentais técnicos: visita domiciliar; visita institucional; entrevista aberta, semi-dirigida e dirigida; acolhida; observação participante; orientação; encaminhamento de referência e contrarreferência; relatório social; estudo social; análise socioeconômica; parecer social; “estudo de caso”⁵, além de realizar requerimentos de Benefício de Prestação Continuada (BPC), entre outros. Tudo isso dentro de suas possibilidades, a partir das condições impostas pela instituição.

A atuação do/a profissional de Serviço Social também se encontra pautada nos princípios dispostos na Lei Orgânica de Assistência Social (1993) e na Política Nacional de Assistência Social (2004), quais sejam:

⁵ Sobre os instrumentais técnicos do assistente social, vide **“A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional”** de Charles Toniolo de Sousa.

- I – Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II – Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III – Respeito à dignidade do cidadão, a sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IV – Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
- V – Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão (BRASIL, 1993).

Posto isso, coloca-se como imprescindível a atuação dos/as assistentes sociais nas APAEs, a fim de que os direitos das pessoas com deficiência sejam viabilizados, de modo que possam acessar melhores condições de vida e protagonismo diante de tantas pautas de luta.

4.3 Serviço Social, Interdisciplinaridade e Intersetorialidade na Apae de Lidianópolis/Pr.

Conforme apontando anteriormente, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Lidianópolis/PR conta com diversos profissionais de áreas variadas, com conhecimentos específicos e de grande importância para o atendimento, numa perspectiva integral, dos/as usuários/as da instituição. Tais profissionais, em conjunto, podem contribuir com a viabilização e garantia do acesso a direitos pelas pessoas com deficiência vinculadas à entidade.

Haja vista o objetivo da pesquisa em tela, vinculado à análise da interdisciplinaridade e intersetorialidade na APAE de Lidianópolis/PR, a partir da ótica do Serviço Social, ocorreu a aplicação de questionário à única assistente social inserida na instituição. Sendo assim, devido ao universo restrito da pesquisa, a mesma, certamente, demanda e almeja ser complementada por outros estudos e análises. Ademais, a partir da perspectiva crítico dialético, as construções aqui realizadas possuem caráter inacabado e demandantes de permanente aprofundamento, a partir do movimento da realidade.

A profissional participante da pesquisa atua na instituição há quatro anos; é formada em Serviço Social pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) há cinco

anos, tendo atuado somente na APAE de Lidianópolis/PR como assistente social. Além da graduação, realizou também um curso de especialização em Direitos sociais, fundamentos da profissão e competências profissionais, o que possibilitou um conhecimento significativo com vistas ao desvendamento das especificidades da instituição, dos/as alunos/as inseridos/as na APAE e suas famílias, bem como de suas realidades. Entretanto, possui uma carga horária semanal de oito horas, o que, conforme explicitado anteriormente, muitas vezes, acaba por prejudicar a atuação profissional, em sua possibilidade de amplitude.

Sobre os conceitos de interdisciplinaridade e intersetorialidade, a assistente social participante da pesquisa entende que:

O assistente social é um profissional inserido nas relações sociais. Dessa forma, a atuação interdisciplinar requer construir uma prática que possa dialogar sobre pontos de vista diferentes, aceitar sugestões de diferentes abordagens e tomar decisões que decorram de posturas éticas e políticas pautadas nos princípios e valores estabelecidos no Código de Ética Profissional de 1993, visando sempre construir respostas eficazes às múltiplas demandas. Já a intersetorialidade considera a existência de diversas complexidades e heterogeneidades que surgem no processo coletivo de trabalho, que envolvam situações de proteção social, vulnerabilidade social e risco social, se evidenciando no reconhecimento das competências, atribuições, habilidades, possibilidades e limites das disciplinas, dos sujeitos, do reconhecimento da necessidade de diálogo profissional e cooperação (ASSISTENTE SOCIAL PARTICIPANTE DA PESQUISA, 2021).

Os elementos apontados convergem com o que Jorge e Pontes (2017) apontam quando escrevem que as diferentes disciplinas, quando se integram, podem trocar experiências e tecer diálogos que propiciem diferentes maneiras de visualizar as realidades e de atuar sobre elas. Raichelis (2009) também sinaliza que o trabalho interdisciplinar demanda que haja uma exposição dos diferentes ângulos e a partir das diversas profissões, sendo que cada uma delas deve buscar colaborar a partir de seus conhecimentos e acúmulos teórico-metodológicos.

O conhecimento dos conceitos de interdisciplinaridade e intersetorialidade, por parte do Serviço Social, assim como pelas demais profissões, coloca-se como de grande importância para sua implementação no espaço sócio-ocupacional. O arcabouço teórico sobre o assunto possibilita o aprofundamento das práticas, de maneira mais estratégica e articulada.

Neste sentido, para além do Serviço Social, urge que os/as demais profissionais inseridos/as na instituição também compreendam conceitos importantes sobre interdisciplinaridade e intersetorialidade, para que assim possam

participar mais ativamente nas atuações inerentes, inclusive, considerando que somente podem ser realizadas dessa maneira, com a colaboração das demais profissões e setores.

Posto isso, vale destacar sobre a importância e a necessidade da atuação intersetorial e interdisciplinar na APAE. Sobre isso, a assistente social participante da pesquisa pontua:

Defendo que a atuação intersetorial e interdisciplinar é extremamente importante, pois resulta em fatores como planejamento, diálogo nas equipes, sistematização e registro dos trabalhos. A articulação entre os serviços, estruturada por meio de conexão entre seus diversos profissionais possibilita discutir casos, elaborar e planejar ações de maneira compartilhada, gerando assim uma rede de interdependência e corresponsabilização entre os equipamentos na direção da garantia do atendimento integral, materializando, assim, o conceito de trabalho em rede (ASSISTENTE SOCIAL PARTICIPANTE DA PESQUISA, 2021).

Conforme Japiassu (1976), a interdisciplinaridade busca explorar as fronteiras das disciplinas e suas zonas intermediárias, tendo o objetivo de superar o isolacionismo e a independência dessas disciplinas, ou seja, é possível pensar através de outras percepções e além das suas próprias análises, podendo compreender um outro fragmento da realidade social dos indivíduos. Junto a isso, a prática em questão também possibilita, conforme mencionado pela assistente social participante da pesquisa, o aprimoramento do planejamento, da sistematização, e de seus registros.

A interdisciplinaridade designa, portanto, um “exercício transversal da racionalidade”, que perpassa não somente as fronteiras disciplinares, mas também as das atividades setoriais, na produção e transmissão do conhecimento científico (GONZÁLEZ e ORRICO *apud* BICALHO e OLIVEIRA, 2011, p.14). Desse modo, vai muito além do compartilhamento de informações sobre os/as usuários/as, podendo acarretar em parcerias entre os setores, o que possibilita, conjuntamente, a atuação intersetorial. O trabalho intersetorial, segundo alguns apontamentos, é uma estratégia da instituição e dos/as profissionais para a superação da fragmentação e uma forma integrada de gestão para garantir maior eficiência, eficácia e efetividade.

Sabe-se que a efetivação de ambas as práticas exige dos/as profissionais inseridos/as nas instituições um amplo conhecimento sobre o tema. Da mesma forma, demanda a disponibilidade e a disposição dos/as mesmos/as à aplicação das ações interdisciplinares e intersetoriais. Inclusive, a inserção dessas práticas nos ambientes de trabalho e no cotidiano dos/as profissionais viabiliza a permanente

construção de arcabouço teórico de sustentação dos conceitos, enquanto meio de efetivação e garantia dos direitos dos/as usuários/as.

Conforme já referenciado, a APAE de Lidianópolis/PR conta com diversos/as profissionais que atuam em diversas áreas. Sobre o entendimento destes/as acerca da interdisciplinaridade e da intersetorialidade e mobilização para sua implementação, a assistente social explicita:

Avalio que há uma grande lacuna nesse conceito de compreensão das práticas intersetoriais e interdisciplinares, pois se houvesse essa compreensão acredito que a qualidade dos serviços seria melhor. Enquanto técnica, percebo que não consigo interpretar os casos através das ações nas práticas intersetoriais. A maioria das práticas realizadas e arquivadas na instituição para compartilhamento são rasas e não possibilita muita compreensão, caso que só é sanado com um contato presencial e com muito diálogo, fato este que é quase impossível, pois cada técnico tem seu dia específico de trabalho ao decorrer da semana. Assim sendo, é necessário criar novos métodos para efetivar as práticas mais importantes para a instituição: a intersetorial e interdisciplinar! A importância da compreensão desse conceito é urgente! (ASSISTENTE SOCIAL PARTICIPANTE DA PESQUISA, 2021).

Diante do exposto, evidencia-se lacunas na execução e implementação das práticas. As razões para que isso aconteça podem ser as mais diversas possíveis. Na opinião expressa acima, levantada na pesquisa de campo, tais lacunas são atribuídas à falta de entendimento dos/as profissionais sobre a interdisciplinaridade e intersetorialidade, o que ocorre, muitas vezes, pela carência de aproximação com o assunto nas instituições universitárias e dentro dos cursos de ensino superior. Certamente, outras questões também incidem para impor desafios ao trabalho interdisciplinar e intersetorial, o que implica no trabalho dos/das profissionais e, principalmente, junto aos/às usuários/as atendidos/as.

Como bem colocado pela assistente social participante da pesquisa, essa atuação é importante e necessária, principalmente em seu campo de atuação, que envolve o atendimento a pessoas com deficiência, as quais possuem demandas comuns e diversas. Muitas vezes, o Serviço Social acaba deparando-se com a ausência de abertura das demais profissões ao diálogo. Muitos/as profissionais, acriticamente, possuem a percepção de que sua profissão é autossuficiente.

Para Nascimento *apud* Custódio e Silva (2015), a intersetorialidade pode implicar em resultados pertinentes à população, bem como colaborar para a organização das ações das políticas públicas, ou seja, é uma prática que pode ir

além dos muros da própria instituição, colaborando com os demais setores que prestam atendimentos aos/às mesmos/as usuários/as.

No que concerne à interdisciplinaridade, na Resolução CFESS nº 557/2009, de 15 de setembro de 2009, em seu Artigo 3º, consta que “o assistente social deve, sempre que possível, integrar equipes multiprofissionais, bem como incentivar e estimular o trabalho interdisciplinar.” O que reafirma a importância das atuações articuladas ao Serviço Social. Essa demanda requer do/a profissional a proposição de métodos e fluxos que lhes são pertinentes e que possibilitem a efetivação mais ampla do seu trabalho. Desse modo, a articulação do/a assistente social para que haja a concretização dos métodos interdisciplinares e intersetoriais é de extrema importância.

Coloca-se como um ponto importante também o apoio da instituição para a viabilização dessas práticas, já que os/as profissionais de Serviço Social estão inseridos/as na divisão social e técnica do trabalho, como especialização do trabalho coletivo, e possuindo o *status* de trabalhadores/as assalariados/as e dependentes de seus empregadores. Importante citar também que esses/as profissionais são possuintes de uma relativa autonomia, embora o Serviço Social seja considerado uma profissão liberal desde 1940. Dessa maneira, tem-se a necessidade de entendimento, também por parte da instituição, sobre a importância das atuações interdisciplinares e intersetoriais. Na APAE de Lidianópolis/PR, segundo a assistente social entrevistada:

A direção da instituição acredita e insiste muito no trabalho interdisciplinar, solicitando uma reunião semestral para discussão dos casos, mas bem sabemos que ainda existe uma enorme defasagem na qualidade dos atendimentos, gerando um atendimento multidisciplinar, “cada um na sua caixinha”, do que interdisciplinar (ASSISTENTE SOCIAL PARTICIPANTE DA PESQUISA, 2021).

Após exposto esse relato, podemos visualizar que, apesar de a instituição colaborar, de alguma maneira, para a viabilização da atuação interdisciplinar e intersetorial, essa prática é muito complexa e nada fácil de ser efetivada. Posto que as práticas abordadas necessitam de troca e diálogos constantes, devido as mudanças na realidade dos indivíduos inseridos na instituição e suas famílias, a realização de apenas uma reunião semestral coloca-se como insuficiente, permanecendo lacunas na efetivação da interdisciplinaridade e intersetorialidade.

É importante enfatizar que, para além do apoio da instituição, faz-se necessário também que haja um diálogo entre os/as profissionais, e que os/as mesmos/as estejam abertos/as e dispostos/as a trocarem informações e experiências, bem como à promoção da articulação junto a outros setores. Segundo a assistente social participante da pesquisa, “esse é um caminho a ser construído na realidade apaeana” e completa:

A atuação acaba na maioria dos casos sendo isolada, gerando um atendimento multidisciplinar. Há um desafio enorme de diálogo entre todos os setores e profissionais envolvidos na instituição. O diálogo por consequência da carga horária extremamente pequena, é mínimo. Porém esse fator agravante, é analisado constantemente e trabalhado para melhoras, conforme as possibilidades da realidade apresentada (ASSISTENTE SOCIAL PARTICIPANTE DA PESQUISA, 2021).

Para Junqueira, Inojosa e Komatsu (1997), as estruturas setorializadas tendem a tratar o cidadão e suas demandas de maneira fragmentada, a partir de serviços executados solitariamente, mesmo que suas ações se voltem a mesma criança, e/ou família – o que exemplifica, teoricamente, as questões práticas e empíricas vivenciadas pela assistente social participante da pesquisa, em sua área de atuação.

Ao mesmo tempo, Senna e Garcia (2014) afirmam que programas, projetos e equipes técnicas são desafiadas, a todo momento, ao diálogo e ao trabalho conjunto, com a perspectiva de inclusão social dos indivíduos. Certamente, para o Serviço Social, diante do Projeto Ético-político profissional, esta perspectiva coloca-se no campo dos objetivos imediatos das ações, mas não com menos importância. Ademais, a assistente social participante da pesquisa, quando questionada sobre esse diálogo com os/as demais profissionais da instituição, expõe que esta demanda, muitas vezes, é sanada por meio da organização:

[...] dos instrumentos e instrumentais de trabalho. As pastas de todos os alunos são compartilhadas entre os técnicos. Esse ponto positivo possibilita abranger com mais propriedade e agilidade as demandas apresentadas. O histórico de cada usuário é dialogado entre os profissionais através de laudos, relatórios, encaminhamentos, solicitações, entre outros. A equipe pedagógica é a maior porta de entrada para informações e diálogos entre os profissionais, pois por motivo da carga horária de trabalho dos técnicos, os professores, pedagogas, e direção, geram a agilidade das informações para planejamento e ações (ASSISTENTE SOCIAL PARTICIPANTE DA PESQUISA, 2021).

Observa-se que a profissional busca efetivar um trabalho em conjunto que, entretanto, não pode ser considerado uma prática interdisciplinar e/ou intersetorial,

haja vista que, a partir dos estudos e do que os/as diversos/as autores/as escrevem sobre os temas: a) para que haja a interdisciplinaridade faz-se necessário muito mais que uma justaposição de informações e conhecimentos diferentes, devendo ser realizada uma apropriação dos conhecimentos articulados conjuntamente, implicando em planejamento de ações e na sua operacionalização b) para que haja a intersectorialidade faz-se necessário a junção dos diversos setores e instituições, em torno de demandas apresentadas pelos/as usuários/as que são atendidos/as por esses diferentes setores e instituições, em comum, sendo uma estratégia de atuação para aprofundar as ações desenvolvidas, numa perspectiva mais ampla.

Outrossim, vale ressaltar ainda que nas trocas de informações e, nesse caso, no compartilhamento de documentos que contém informações sobre os/as usuários/as, o Serviço Social deve atentar para a prerrogativa do sigilo profissional, estabelecido, especialmente, no Código de Ética Profissional, em seus Artigos 17 e 18:

Art. 17- É vedado ao/à assistente social revelar sigilo profissional.

Art. 18 - A quebra do sigilo só é admissível quando se tratarem de situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do/a usuário/a, de terceiros/as e da coletividade (CFESS, 1993).

Ou seja, o/a profissional assistente social deve atentar, ao máximo, com o que descreve e aponta em seus laudos, pareceres e demais documentos técnicos, uma vez que, quando inserido/a em equipes multiprofissionais, pode demandar disponibilizar o acesso desses documentos. Nisto, deve ser cotidiano o cuidado em relação aos conteúdos dos documentos elaborados, bem como acerca da forma de escrita de tais informações. A comunicação deve ser objetiva, nítida e desprovida de análises de senso comum. Em documentos compartilhados, somente devem ser elucidadas informações pertinentes ao encaminhamento conjunto das situações. Nem tudo o que o/a usuário/a relata demanda, necessariamente, constar em tais registros, com vistas à preservação do sigilo.

No que concerne à documentação técnica, outra regulamentação que corrobora com as questões pertinentes ao sigilo profissional do/a assistente social é a Resolução CFESS nº 556/2009. Em seu Artigo 3º, consta que o/a profissional deverá garantir o caráter confidencial das informações que receber, indicando em seus documentos sigilosos respectivos a menção “sigiloso”. Destarte, o sigilo

profissional tem por objetivo a prevenção da intimidade dos/as usuários/as, sendo importante, inclusive, para a manutenção dos vínculos com os/as mesmos/as.

O Código de Ética Profissional de 1993 estabelece, em seu Capítulo V, sobre as questões referentes ao sigilo profissional. No parágrafo único do Artigo 16, define que “em trabalho multidisciplinar só poderão ser prestadas informações dentro dos limites do estritamente necessário” (CFESS,1993), ou seja, deverão ser prescritas informações que não firam os direitos dos/as usuários/as, que não os/as coloquem em possíveis situações vexatórias e que, de alguma forma, sejam contributivas para a atuação conjunta. Dessa maneira, possibilitando que os documentos sejam lidos e analisados pelas demais áreas de conhecimento.

Nitidamente, existem inúmeros motivos para que haja a efetivação das práticas interdisciplinares e intersetoriais e, na instituição pesquisada, não poderia ser diferente. Ao questionarmos a assistente social participante da pesquisa sobre os impasses e desafios presente no campo de trabalho que, por ventura, interferem na possibilidade de atuação interdisciplinar e intersetorial, a profissional aponta que:

Os maiores desafios e impasses são por motivo da estrutura física da instituição, e principalmente da carga horária de trabalho dos técnicos, sendo, doze horas semanais para fonoaudióloga; oito horas semanais para assistente social, psicóloga, fisioterapeuta; dois atendimentos de oito horas por mês da terapeuta ocupacional e um atendimento de quatro horas por mês do médico psiquiatra., Isso gera uma dificuldade absurda de planejamento e diálogo na atuação intersetorial e interdisciplinar (ASSISTENTE SOCIAL PARTICIPANTE DA PESQUISA, 2021).

Conforme Frigotto (2008), o trabalho interdisciplinar é tanto uma necessidade, quanto também um problema, ao passo que é importante pelo seu caráter dialético de conhecimento da realidade e de planejamento para intervenções profissionais, entretanto, é um problema devido a sua complexidade e ao caráter histórico de uma determinada realidade, bem como a partidas limitações dos indivíduos que buscam construir o conhecimento acerca da realidade. Tais limitações tem relação com inúmeros determinantes, os quais perpassam desde a formação profissional até as condições objetivas de trabalho. Isso, no cenário da sociabilidade capitalista e de constantes contrarreformas do Estado brasileiro.

Embora a assistente social participante da pesquisa demonstre importante capacidade para atuar interdisciplinarmente e intersetorialmente, é inevitável que desafios e impasses relatados interfiram no trabalho realizado. O/a assistente social pode contribuir, nesse cenário, sem desconsiderar suas também limitadas condições

objetivas, para a superação de tais desafios e impasses, através de mediações junto à equipe de trabalho e articulando estratégias para a construção de consciência acerca da importância das relações de trabalho conjuntas. Devem ficar em primeiro plano, aqui, as questões demandadas pelos/as usuários/as, e não a relação de poder que, muitas vezes, se estabelece entre as profissões. Para além disso, especialmente no que se refere ao trabalho intersetorial, o/a assistente social pode contribuir participando dos espaços institucionalizados e não institucionalizados de controle social, os quais podem tensionar a constituição de políticas públicas e de fluxos para sua efetiva articulação.

A partir do conjunto de questões citadas pela assistente social participante da pesquisa sobre como estão organizadas as relações de trabalho na APAE de Lidianópolis/PR, a questão que pode ser considerada como central para essa pesquisa é “Na instituição, ocorrem as práticas interdisciplinares e intersetoriais?”. A assistente social participante da pesquisa explicitou que:

Diante da atual realidade da instituição, destaco que há uma oferta maior de atendimento multidisciplinar do que interdisciplinar, pois, através da organização de carga horária de trabalhos dos técnicos inseridos na instituição e por consequência da estrutura física apaeana na cidade de Lidianópolis, não é possível ocorrer encontros semanais de todo corpo técnico. Com a necessidade de dias isolados, os trabalhos acabam se tornando multidisciplinares, sendo, diversos profissionais envolvidos no cuidado com o usuário, mas, a avaliação ocorre de forma independente. Esse é o famoso “cada um no seu quadrado”. Os profissionais envolvidos por consequência da estrutura de oferta de trabalho, não estabelecem trocas entre si. Assim, cada profissional emprega o seu método. De modo diferente, o que deveria acontecer era uma ação recíproca, com possibilidades de trocas, instrumentos, técnicas, métodos, tendo um bom diálogo entre profissionais, debatendo visões, a fim de chegar em um planejamento mais adequado para o usuário atendido dentro do campo de estudo (ASSISTENTE SOCIAL PARTICIPANTE DA PESQUISA, 2021).

Este relato sintetiza o conjunto de elementos abordados ao decorrer dessa pesquisa. Nos capítulos I e II, foram elencados alguns dos desafios inerentes à implementação das práticas interdisciplinares e intersetoriais, e sua interface à atuação do/a assistente social. Becker (2019) expressa que para a implementação da intersectorialidade, os atores envolvidos devem possuir um grande nível de interlocução, o que não é uma ação fácil de ser inserida no cotidiano desses/as profissionais. Raichelis *apud* Ramos (2016) aponta que para a interdisciplinaridade ocorrer faz-se necessária uma nítida comunicação em relação aos ângulos de visão de cada profissional, a partir dos conhecimentos adquiridos por cada área.

Romper com os paradigmas da setorialização e fragmentação do conhecimento não é uma tarefa fácil, como já enfatizado durante esse trabalho, e, como visto, os motivos podem ser inúmeros. Na APAE de Lidianópolis/PR, podemos analisar, a partir do que a assistente social participante da pesquisa relata, que os/as profissionais não possuem conhecimento e compreensão necessários sobre os temas, havendo um agravamento dessas questões quando a carga horária dos/as profissionais é mínima e não coincide. Dessa maneira, os/as profissionais ficam a margem das condições impostas. Mas, apesar dessas condições, ainda assim, é possível a construção de ações propositivas e a criação de meios para a viabilização de direitos dos/as usuários/as.

Sendo assim, práticas interdisciplinares e intersetoriais são muito importantes para que ocorra a viabilização e garantia do acesso a direitos pelos/as usuários/as, haja vista a articulação entre diversas profissões e setores, respectivamente. E, a viabilização de direitos, por meio da atuação junto às políticas públicas e sociais, tem se colocado como um dos campos mais enfáticos do trabalho profissional do/a assistente social, demandando ações planejadas a partir de análises críticas e fundamentadas da realidade social. Sobre isso, a assistente social participante da pesquisa explicita o seguinte:

Quanto mais discussão e clareza do caso, mais agilidade para viabilização dos direitos aos usuários. Me deparo constantemente com uma falta de clareza enorme dos casos atendidos, gerando assim, um atraso imenso na obtenção de benefícios, por exemplo. A falta de um sistema interdisciplinar, somando com a carga horária de trabalho mínima, faz com que casos sejam estudados por um tempo estendido além do necessário. Os usuários permanecem por um longo tempo esperando por respostas, fator este que se houvesse realmente uma atuação intersetorial e interdisciplinar, a qualidade e agilidade do trabalho seria outra, gerando assim um processo de ação – reflexão – ação e uma viabilização aos direitos num formato mais humano e igualitário (ASSISTENTE SOCIAL PARTICIPANTE DA PESQUISA, 2021).

Conforme expresso por Junqueira *et al.* (1997), configuram-se grandes dificuldades a partir da utilização de um modelo setorializado, com o propósito de proporcionar políticas de inclusão social, uma vez que seu alcance não oportuniza efetivamente a inclusão. Dessa maneira, vemos que dentro da instituição APAE, as demandas são encaminhadas de maneira isolada por cada profissional, mediante análises, muitas vezes, superficiais, implicando na fragmentação das ações; ações estas que poderiam ser construídas em conjunto e de maneira mais efetiva. Como consequência, implica também em lacunas para a atuação profissional.

Todas as lacunas mencionadas, incluindo a falta de diálogo no âmbito da APAE de Lidianópolis/PR, colocam-se como prejudiciais ao/a usuário/a que está inserido/a na instituição, uma vez que há uma lentidão nos processos que envolvem sua inserção na instituição, bem como naqueles processos relacionados aos benefícios de direito das pessoas com deficiência (PCD) e na avaliação ampliada do seu quadro clínico.

Devido a alternância dos dias em que os/as profissionais se encontram na instituição, o/a usuário/a, muitas vezes, é submetido ao retorno até a instituição em vários dias da semana para que esse tenha sua avaliação finalizada, processo que poderia ser facilitado se houvesse um olhar voltado às demandas do/à usuário/a.

Por fim, a assistente social participante da pesquisa aponta elementos sobre a demanda de um olhar humanizado aos/às usuários/as:

Um paciente para um médico, por exemplo, não pode ser apenas “mais um”, ou um “papel a ser preenchido”, mas sim, este paciente é o pai, a mãe, o filho, a filha, a esposa de alguém! Percebo que nesse trabalho intersetorial, a qual a instituição encaminha os casos para análise profunda da área clínica, para outras instituições e setores, muitos profissionais não tem clareza com a família em prestar informações sobre o quadro clínico. Assim, muitos chegam até nós profissionais apaeanos, com insegurança, medo, confusão, falta de compreensão do quadro clínico do seu familiar, fator este que gera um desconforto, muito estudo e um tempo extenso para entender cada caso específico para obter respostas (ASSISTENTE SOCIAL PARTICIPANTE DA PESQUISA, 2021).

Após exposição dos dados coletados por meio da pesquisa de campo, podemos refletir que muitos/as profissionais e instituições possuem uma visão limitada em relação ao atendimento aos/as usuários/as; visão essa que foi construída no cerne de trajetórias e elementos históricos subjacentes ao sistema capitalista. Usuários/as não são apenas números, “mais um na sala de espera”. Outrossim, são sujeitos que trazem consigo particularidades de uma dada realidade. Desvendar tais particularidades, a partir de uma perspectiva de totalidade, coloca-se como tarefa árdua e necessária, a qual deve contar com práticas interdisciplinares e intersetoriais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao encerrar esse processo de pesquisa, onde nos propusemos a analisar a efetivação do trabalho interdisciplinar e intersetorial na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Lidianópolis/PR, por meio dos relatos e do olhar crítico e analítico da assistente social inserida na instituição, evidenciamos algumas lacunas e desafios no processo de execução das referidas práticas. Ademais, a partir do estudo sobre conceitos, formas de efetivação e desafios históricos inerentes à interdisciplinaridade e à intersetorialidade, pudemos evidenciar que são práticas que demandam importante articulação entre profissionais, setores e instituições.

Sendo assim, a implementação da interdisciplinaridade e da intersetorialidade requer articulação e diálogo entre os/as diversos/as profissionais que atuam na instituição e destes/as com outros/as que atuam em outras instituições e setores importantes para a ampliação do alcance do trabalho realizado. Da mesma forma, tal implementação requer a compreensão dos/as profissionais sobre as práticas e seus fundamentos. O que pudemos identificar e analisar, neste sentido, é que na APAE de Lidianópolis/PR, tais práticas não ocorrem efetivamente por vários motivos, sendo alguns deles aparentes, como é o caso da carga horária reduzida dos/as profissionais que compõe a equipe de trabalho. A assistente social, por exemplo, possui somente oito horas semanais para realizar o trabalho em relação ao conjunto de demandas institucionais e dos/as usuários/as afetas ao Serviço Social, ficando a execução dos serviços prejudicada, bem como a articulação para além da instituição, o que caracterizaria o trabalho intersetorial – cujos desafios para a sua execução tem relação também com condições de trabalho, recursos e concepções que perpassam outras instituições e setores. Ou seja, os demais setores que executam políticas sociais e públicas também sofrem constantemente com a precarização dos serviços, em razão dos cortes no orçamento público realizados pelos governos federais e estaduais, implicando na qualidade e alcance dos serviços prestados.

Devido à carga horária de trabalho restrita do Serviço Social na APAE de Lidianópolis/PR, assim como dos/as profissionais de outras áreas, é recorrente também sua atuação em dias e horários diversos, o que dificulta ou mesmo impede o encontro dos/as profissionais e, por consequência, a realização de reuniões e

interlocuções. Ademais, a estrutura física limitada da instituição, que conta com poucas salas, também impede, por exemplo, que dois/duas profissionais técnicos/as atuem no mesmo dia/horário; questão essa que implica diretamente na efetivação da interdisciplinaridade e intersetorialidade, as quais demandam a articulação de atuação conjunta, bem como, em interface com outros setores.

O Serviço Social da instituição pesquisada tem buscado, de certa maneira, a articulação com as demais áreas, a partir da análise de relatórios resultantes das intervenções, elaborados pelos/as demais profissionais da instituição, os quais citam informações de ordem clínica e a partir dos avanços pleiteados pelos/as alunos/as atendidos/as, mediante o trabalho realizado. Tais relatórios ficam à disposição de todos/as os/as técnicos/as e devem ser atualizados frequentemente. Entretanto, essa via não caracteriza uma efetiva atuação interdisciplinar e/ou intersetorial, mas somente uma troca de informações superficiais sobre cada aluno/a.

A instituição busca realizar reuniões entre todos/as os/as profissionais, semestralmente, com vistas ao estabelecimento de diálogo mais aproximado e de maior troca. Todavia, tal estratégia também se mostra insuficiente, conduzindo, na maioria das vezes, apenas à justaposição de informações, sem possibilitar análises aprofundadas, a partir de um viés crítico.

Em síntese, mesmo que a instituição e a profissional de Serviço Social estejam empenhados na busca de métodos e formas para a efetivação das práticas interdisciplinares e intersetoriais, podemos concluir que estas não ocorrem dentro da APAE de Lidianópolis/PR. As inúmeras lacunas, que dificultam tal implementação, além de perpassar a escassa compreensão dos/as profissionais de outras áreas sobre o tema, a carga horária reduzida de trabalho dos/as profissionais imposta pela instituição e as condições colocadas aos demais setores das políticas sociais públicas, que também inviabilizam a ação conjunta, também possuem relação com os limites que perpassam a organização dos serviços e suas finalidades, bem como, a percepção das profissões envolvidas em relação às expressões da questão social.

Por fim, concluímos que, na APAE de Lidianópolis/PR, ocorre somente o trabalho multidisciplinar, em que cada profissional realiza seus métodos e, a partir de sua visão sobre as demandas, atua de maneira isolada e individual, sem haver um debate sobre as questões levantadas por cada profissional e, assim, não sendo possível a construção de planejamento amplo das ações e estabelecimento de

objetivos, indicadores e elementos de fundamentação para um melhor entendimento e abordagem das demandas.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Mônica. **O trabalho do assistente social nas organizações privadas não lucrativas**. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. (Publicação: Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, Associação de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS V. 1) Brasília, CFESS/ABEPSS, 2009. pág. 449-460.

AZEVEDO, Elaine de; PELICIONI, Maria Cecília F.; WESTPHAL, Marcia Faria. Práticas intersetoriais nas políticas públicas de promoção de saúde. **Physis Revista de saúde coletiva**, Rio de Janeiro, 2012.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e serviço social: fundamentos ontológicos**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BATISTA, Kátia Gerlânia Soares. **A estratégia da intersectorialidade como mecanismo de articulação nas ações de saúde e assistência social no município da Cajazeiras-PB. 2015**. 131 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

BECKER, Sonia dos Santos. **A intersectorialidade, trabalho profissional e o CREAS: uma relação possível e oportuna**. v. 16 n. 1 (2019): In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1299/1269>. Acesso em: 22 de março de 2021.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BERTOTTI, Rudimar Gomes; RIETOW, Gisele. **MUDANÇA DE PARADIGMA: DESAFIO PARA O PROFESSOR DE EDUCAÇÃO SUPERIOR**. In: X Congresso Nacional de Educação - PUCPR. Curitiba-Pr, 2011.

BICALHO, Lucinéia; OLIVEIRA, Marlene de. **A teoria e a prática da interdisciplinaridade em Ciência da Informação**. Perspectivas em Ciência da Informação, v.16, n.13 p.47-74, jul./set. 2011.

BIDARRA, Zelimar Soares. Pactuar a intersectorialidade e tramar as redes para consolidar o sistema de garantia dos direitos. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, nº99, 483-497, jul./set. 2009.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social. In: **Revista Katálysis** v.10. Florianópolis, 2007

BRASIL. (2005) Ministério de desenvolvimento social e combate à fome. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do **SUAS - NOB/SUAS**. Disponível em: <http://www.assistenciasocial.al.gov.br/sala-de-imprensa/arquivos/NOB-SUAS.pdf> Acesso em: 02 de março de 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 7.508 de 28 junho de 2011**. Regulamenta a organização do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, 28 de junho de 2011.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf Acesso em: 02 de março de 2021.

CARVALHO, Fabiana Aparecida. O serviço social e a interdisciplinaridade. **Revista Diálogos: pesquisa em extensão universitária**. In: IV Congresso Internacional de Pedagogia Social: domínio epistemológico. Brasília, v.18, n.1, dez, 2012.

CASTELLUCCIO, Mateus de Castro. **Serviço social e interdisciplinaridade: Uma análise da produção de conhecimento nos CBAS e ENPESS (2010-2016)**. Trabalho de Conclusão de Curso- Universidade de Brasília (UnB). Brasília, junho de 2019.

CAVALCANTI, Patrícia Barreto et al. **A intersectorialidade enquanto estratégia profissional do serviço social na saúde**. Barbaroi, Santa Cruz do Sul, n. 39, p. 192-215, dez. 2013. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010465782013000200009&lng=pt&nrm=iso acesso: em 05 mar. 2021.

CEBES. Centro Brasileiro de Estudos de Saúde. A questão democrática na área de saúde. **Revista Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, n.9, p.11-13. 1980.

COSTA, Brenda; PERONI, Carolina; BRANDÃO, Lucas. **O Terceiro Setor e o Serviço Social: breves reflexões sobre a conjuntura**. 2016. Disponível em: <http://ihs.sites.uff.br/wp-content/uploads/sites/47/2019/05/Artigo-Terceiro-Setor-e-o-Servi%C3%A7o-Social-por-Brenda-Costa-e-Carolina-Peroni-e-Lucas-Brand%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 17 maio de 2021.

CESCO, Susana; MOREIRA, Roberto José; LIMA, Eli de Fátima Napoleão. Interdisciplinaridade, entre o conceito e a prática. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** – vol. 29 nº 84.

CFESS. **Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde**. Brasília, 2010.

CFESS. **Residência em Saúde e Serviço Social: subsídios para reflexão**. Brasília, 2017.

CFESS. Resolução nº 557 de 15 de setembro de 2009. Dispõe sobre a emissão de pareceres, laudos, opiniões técnicas conjuntos entre assistente social e outros profissionais. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_CFESS_557-2009.pdf. Acesso em: 15 de abril de 2021.

CFESS. **Código de ética Profissional do Assistente Social**. Brasília, 1993.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 1995.

CUSTÓDIO, André Viana; SILVA, Cícero Ricardo Cavalcanti da. **A intersetorialidade nas políticas sociais públicas**. 2015. In: XI Seminário Nacional Demandas e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/snpp/article/view/14264/2708>. Acesso em: 26 fev. 2021

DELATTRE, Pierre. **Investigações interdisciplinares: objetivos e dificuldades**. In: POMBO, Olga; GUIMARAES, Henrique Manuel; LEVY, Teresa. Interdisciplinaridade: antologia. Porto/PT: Campo das Letras, 2006. (Publicação original: Interdisciplinares (recherches). Objectifs ET difficultés. Encyclopedia Universalis, 1973, p. 387-397).

DIAS, Maria Socorro de Araújo; PARENTE, José Reginaldo Feijão; VASCONCELOS, Maristela Inês Osawa; DIAS, Fernando Antônio Cavalcante. **Intersetorialidade e Estratégia Saúde da Família: tudo ou quase nada a ver?** Ciência & Saúde Coletiva, 4371-4382, 2014.

FAZENDA, Ivani A. (org); Herminia Prado Godoy (coord. Técnica). **Interdisciplinaridade: Pensar, pesquisar, intervir**. São Paulo; Cortez, 2014.

FAZENDA, Ivani A. **Interdisciplinaridade: História, teoria e Pesquisa**. São Paulo: Papyrus, 1994.

FEUERWERKER, L.M.; COSTA, H. **Intersectorialidade na rede Unida**. Debate em Saúde. Rio de Janeiro, v 22, p. 25-35, 2000.

FRIGOTTO, Gaudêncio; A interdisciplinaridade como necessidade e como problema funcionalidade do “terceiro setor”. **Lutas Sociais**, 0(8), 53-64. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18912/14066> Acesso em: 25 de abril de 2021.

GUERRA, Yolanda. **Condições de Trabalho e Projeto Ético-Político Profissional**. In: CFESS. O trabalho do/a assistente social no SUAS: seminário nacional/ Conselho Federal de Serviço Social – Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta. Brasília, 2011. p. 271-289.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, Fábio Guedes. **Conflito social e welfare state: Estado e desenvolvimento social no Brasil**. Rev. Adm. Pública [online]. 2006, vol.40, n.2, pp.201-234. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rap/v40n2/v40n2a03.pdf>. Acesso em: 22 de março de 2021.

GUSDORF, G. **Reflexions sur l’interdisciplinarité**. **Bulletin de Psychologie**, v. 43, n. 397, p. 847-868, 1990 apud POMBO, O. Contribuição para um vocabulário sobre interdisciplinaridade. In: POMBO, O.; GUIMARÃES, H.; LEVY, T. Interdisciplinaridade: reflexão e experiência. 2 ed. Lisboa: Texto, 1994.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **A questão social no capitalismo**. Temporalis, Brasília, n. 3, 2004.

IPEA. – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Políticas Sociais: acompanhamento e análise. Brasília, 2009.

IRIBARRY, Isac Nikos. **O Diagnóstico Transdisciplinar como dispositivo para o trabalho de inclusão.** In C. R. Batista & C. Bosa (Orgs), Autismo e educação: Reflexões e proposta de intervenção (p. 73-91). Porto Alegre: Artmed, 2002.

JANTSCH, Ari Paulo; BIANCHETTI, Lucídio. **Interdisciplinaridade:** para além da filosofia do sujeito. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber.** Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda. 1976.

JORGE, Ediane Moura; PONTES, Reinaldo Nobre. **A Interdisciplinaridade e o Serviço Social:** estudo das relações entre profissões.; Porto Alegre; Textos e Contextos, v. 16, n. 1, p. 175 - 187, jan./jul. 2017.

JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. **A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor.** Saúde e Sociedade v.13, n.1, p.25-36, jan-abr 2004.

JUNQUEIRA, L. A. P.; INOJOSA, R. M.; KOMATSU, S. **Descentralização e intersetorialidade na gestão pública municipal no Brasil:** a experiência de Fortaleza. In: El tránsito de la cultura burocrática al modelo de la gerencia pública. Caracas: UNESCO/Clad. p. 63-124.1998.

JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. **Descentralização e Intersectorialidade:** a construção de um modelo de gestão municipal. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, nov./dez.1996, p. 11-22.

JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. **Novas formas de Gestão na saúde:** descentralização e intersectorialidade. Saúde e Sociedade, 31-46, 1997.

KLEIN, Julie Thompson. **Ensino Interdisciplinar:** didática e teoria. In: Didática e Interdisciplinaridade/ Ivani C. A. Fazenda (org.), Campinas/SP, Papirus, 9. ed. 2005.

KOGA, Dirce. **Medidas de cidades entre territórios de vida e territórios vividos.** São Paulo: Cortez, 2003.

LACERDA, Lélica Elis P. de. **Exercício profissional do assistente social:** da imediatividade às possibilidades históricas. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 117, pág. 22-44, março de 2014. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010166282014000100003&lng=en&nrm=iso. Acesso em 23 de mar. de 2021.

LEIS, Ricardo Héctor. **Sobre o conceito de Interdisciplinaridade**. Cadernos de pesquisa interdisciplinar de ciências humanas. nº 73 – FPOLIS, agosto de 2005.

MACÊDO, Erica Fernanda Torres. **O desafio da intersetorialidade na prática do assistente social na saúde**. Programa de pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba. Dissertação de mestrado. João Pessoa, 2013.

MACHADO, Lourdes A. **Construindo a Intersetorialidade**. 2009.

MARTINELLI, M. L. **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Editora Veras, 1999.

MARTINS, Ariana Siqueira Rossi. **A intersetorialidade das políticas de saúde e de assistência social no sistema de atenção domiciliar em Franca/SP**. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca, 2015.

MEDEIROS, Jaqueline Dayane da Silva; LIRA, Izabel Cristina Dias. **A intersetorialidade na política de assistência social: desafios para a sua materialização a partir da realidade do CRAS Dom Aquino – Cuiabá-MT**. VII Jornada Internacional de Políticas Públicas – Cidade Universitária da UFMA. São Luís-Maranhão, 2015.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **Verbete transdisciplinaridade. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil**. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <https://www.educabrazil.com.br/transdisciplinaridade/>. Acesso em: 19 de ago. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. 28. ed. Petrópolis/RJ, Vozes, 2009.

MONTAÑO, Carlos (2004). O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a nas ciências sociais; **Revista Unioeste**; vol. 10; n. 01; 2008. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/4143/3188> Acesso em: 17 de abril de 2021.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 7 ed. São Paulo, Cortez, 2009.

NICOLESCU, Basarab et al (orgs) **Educação e transdisciplinaridade**. Tradução de VERO, Judite; Mello, Maria F. de; e SOMMERMAN, Américo. Brasília: UNESCO, 2000 (Edições UNESCO).

PAVIANI, Jayme. **Interdisciplinaridade: conceitos e distinções**. 3. ed. Caxias do Sul, RS: Educs, 2014.

PEREIRA, Sofia Laurentino Barbosa. **A intersetorialidade na atuação dos assistentes sociais: estratégias profissionais para articulação na saúde e assistência social**. v. 16 n. 1 (2019): In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1515/1479>. Acesso em: 22 de março de 2021.

PIAGET, J. **Epistemologie des relations interdisciplinaires**. In: CERI (Ed.). *L'interdisciplinarité: problèmes d'enseignement et de recherche dans les Universités*. Paris: UNESCO/OCDE, 1972. p. 131-144 apud POMBO, O. Contribuição para um vocabulário sobre interdisciplinaridade. In: POMBO, O.; GUIMARÃES, H.; LEVY, T. *Interdisciplinaridade: reflexão e experiência*. 2 ed. rev. aum. Lisboa: Texto, 1994.

RAICHELIS, Raquel. **O trabalho do assistente social na esfera estatal**. In: CFESS/ABEPSS (Orgs.). *Direitos sociais e competências profissionais*, Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

RAMOS, Leila Maria, et al. **O assistente social frente aos desafios da interdisciplinaridade e intersetorialidade no desenvolvimento de suas atividades profissionais**. *Universitas*, ano 10 – nº18 – julho/dezembro de 2016.

SANTOS, Akiko. **Complexidade e transdisciplinaridade em educação: cinco princípios para resgatar o elo perdido**. *Revista Brasileira de Educação* v. 13 n. 37 jan./abr. 2008.

SENNA, Mônica de Castro Maia; GARCIA, Danielle do Valle. **Políticas Sociais e Intersectorialidade: elementos para debate**. *O Social em Questão - Ano XVII – nº32 – 2014*, p. 277-294.

SCHMIDT, João Pedro. **Para entender as políticas públicas: aspectos conceituais e metodológicos**. In: REIS, Jorge Renato; LEAL, Rogeiro Gesta (Org.). *Direitos sociais e políticas públicas: Desafios Contemporâneos*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008. p. 2307-2333. Disponível em:

http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/10/docs/para_entender_as_politicas_publicas_-_aspectos_conceituais_e_metodologicos.pdf. Acesso em: 26 de fev. de 2021.

SILVA, Walfrido Vianna Vital. A Constituição de 1988 e a nova ordem social: A efetivação dos princípios da igualdade e da dignidade da pessoa humana. **Revista de Informação Legislativa**; ano 50, número 200, out/dez. 2013, p. 297-320.

Disponível em:

https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/50/200/ril_v50_n200_p297.pdf Acesso em: 24 de abril de 2021.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: Conceitos, Tipologias e Sub-Áreas**. Fundação Luís Eduardo Guimarães, dezembro de 2002.

TEIXEIRA, Sonia Maria Fleury. **Política social e democracia: reflexões sobre o legado da seguridade social**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, p. 400-417, Dec. 1985. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102311X1985000400002&lng=en&nrm=iso Acesso em: 15 de abril de 2021.

TESSER, Gelson João. **Principais linhas epistemológicas contemporâneas**. Educar, Curitiba, n10, p.91-98. 1995. Editora da UFPR.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore; MARTINELLI, Maria Lúcia; DA PAZ, Rosângela Dias. **O Intersectorialidade nas Políticas Públicas**. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 137, p.7-13, abr. 2020. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010166282020000100007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 05 mar. 2021.

NUNES, Marcos Antonio; COMERLATTO, Dunia; KLEBA, Maria Elisabeth. **Práticas interdisciplinares e intersectoriais na formação profissional: uma pauta para a extensão universitária**. In: VIII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento regional. Universidade Estadual de Santa Cruz do Sul (UNISC). 2017.

NASCIMENTO, Sueli. **Reflexões sobre a intersectorialidade entre as políticas públicas**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 101, p. 95-120, jan./mar. 2010.

APÊNDICES

APÊNDICE I – QUESTIONÁRIO APLICADO NO AMBITO DE PESQUISA DE CAMPO

PESQUISA DE CAMPO

TCC – Interdisciplinaridade e intersetorialidade: Análise a partir do Serviço Social da APAE de Lidianópolis/PR

Estudante: Andressa Aparecida Milinsck / **Orientadora:** Profa. Dra. Edinaura Luza

I. Dados da participante:

Nome:

Número de registro no CRESS:

Data de nascimento:

Tempo de formação:

Instituição em que cursou Serviço Social:

Curso/s de pós-graduação:

Tempo de trabalho na APAE de Lidianópolis/PR:

Campos de trabalho anteriores enquanto Assistente Social:

II. Questionário:

1. A partir de seu conhecimento técnico como assistente social e de sua experiência na profissão, qual seu entendimento sobre intersetorialidade e interdisciplinaridade?
2. Como profissional inserida no espaço sócio técnico do trabalho da APAE de Lidianópolis/PR, e conhecendo a realidade em que está inserida, julga necessária a atuação intersetorial e interdisciplinar? Por quais razões?
3. A partir da sua perspectiva e entendimento de intersetorialidade e interdisciplinaridade, considera que existe essa prática na instituição em que atua? Em caso positivo, de que forma ocorre? Em caso negativo, por que não ocorre?
4. Como avalia a atuação e o diálogo junto aos/às demais profissionais técnicos/as que estão inseridos/as na APAE de Lidianópolis/PR? (psicólogo/a, fisioterapeuta, fonoaudiólogo/a, terapeuta ocupacional, médico/a psiquiatra, e professores/as)

5. Quais são os desafios e impasses presentes no campo de trabalho que, porventura, interferem na possibilidade de atuação intersetorial e interdisciplinar? Visualiza desafios externos e/ou macrossociais para tal? Em caso positivo, quais seriam?

6. A partir do que o Código de Ética Profissional de 1993 e a Lei que Regulamenta a Profissão nº 8.662/1993 apresentam ao/à assistente social no que se refere as suas competências e atribuições, e ainda sobre a qualidade dos serviços prestados ao/à usuário/a, quão necessária para a viabilização dos direitos aos/às usuários/as é a atuação intersetorial e interdisciplinar? Por quê?

7. O que considera importante e necessário para a realização ou a melhor efetivação da atuação intersetorial e interdisciplinar na APAE de Lidianópolis/PR?

8. Levando em consideração que a APAE de Lidianópolis/PR conta com inúmeros/as profissionais de outras áreas, diversas ao Serviço Social, avalia que esses/as profissionais técnicos/as possuem uma compreensão do conceito das práticas intersetoriais e interdisciplinares? Escreva sobre sua resposta.

9. Existem outros elementos relacionados à atuação interdisciplinar e intersetorial que gostaria de abordar?

APÊNDICE II – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado/a Senhor/a,

Você está sendo convidado/a para participar da pesquisa intitulada **“Interdisciplinaridade e intersetorialidade: Análise a partir do Serviço Social da APAE de Lidianópolis/PR”**, referente ao Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica Andressa Aparecida Milinsck, sob orientação da Prof. Dra. Edinaura Luza, vinculada ao Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

A pesquisa de campo contará com a aplicação de questionário à Assistente Social da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) do município de Lidianópolis/PR. E possui como objetivo geral **“refletir acerca da interdisciplinaridade e da intersetorialidade a partir do Serviço Social da APAE de Lidianópolis/PR”**

Você possui inteira liberdade para responder ao que desejar e da forma que julgar mais conveniente. O questionário não tem como propósito avaliar e/ou julgar seus conhecimentos, mas conhecer a sua opinião acerca do objeto da pesquisa.

Suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo, a não ser que seja expressamente autorizado por você.

Sendo assim, são remotos os riscos relacionados à quebra de sigilo, podendo ocorrer apenas devido a incidentes não previstos, de ordem externa. Destarte, de forma geral, não denota riscos de ordem física, moral e/ou psicológica. Caso algum dos riscos apresentados ou outros não previstos se concretizem, a pesquisadora principal, em conjunto com a pesquisadora responsável, analisará a melhor forma de equacionar e encaminhar as situações decorrentes, a partir do diálogo e do respeito aos direitos de todos/as os/as envolvidos/as.

Os dados coletados serão utilizados apenas nesta pesquisa e a devolutiva da mesma será realizada por meio da socialização dos resultados, bem como, pelo fortalecimento de tal discussão no meio acadêmico e na sociedade em geral, mediante viabilização de debates e a consolidação de publicações de produção bibliográfica resultante da pesquisa em anais de eventos e/ou periódicos e/ou livros, dentre outros que forem avaliados como pertinentes. Neste sentido, importante se faz registrar que você não terá um “benefício” direto e imediato decorrente da participação na pesquisa, mas, esta prevê a possibilidade de “benefícios” de caráter coletivo, haja vista a contribuição na construção de análises voltadas à atuação dos/as assistentes sociais nas APAES e à demanda de seu fortalecimento diante da luta em defesa de uma atuação crítica e em consonância com os direitos dos/as usuários/as.

A sua participação é voluntária, isto é, a qualquer momento você pode recusar-se responder qualquer pergunta ou desistir de participar e retirar seu consentimento da pesquisa. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição de ensino.

Caso tenha alguma despesa específica decorrente da participação nesta pesquisa, ocorrerá o devido ressarcimento pela pesquisadora principal, mediante a apresentação dos comprovantes pertinentes e posterior depósito bancário (ou de outra forma consensuada que seja mais conveniente). Igualmente, ocorrerá a devida

indenização mediante o desencadeamento de quaisquer danos vinculados à pesquisa.

Você receberá uma via deste Termo, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação no momento da sua assinatura ou em qualquer outro momento.

Contatos da orientadora responsável Prof. Dra. Edinaura Luza:
edinauraluza@yahoo.com.br.

Contatos da pesquisadora principal Andressa Aparecida Milinsck:
andressamilinsck@gmail.com.

Lidianópolis/PR, _____ de _____ de 2021.

Nome da pesquisadora entrevistadora: Andressa Aparecida Milinsck

Assinatura: _____

Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

_____, _____ de
_____ de 2021.

Nome completo:

Nº. Documento de Identidade:

Assinatura: